 Universidade de Brasília
Centro de Excelência em Turismo

**“ECOTURISMO E CONSERVAÇÃO DOS FELÍDEOS:
Uma Proposta de Plano de Visitação”**

Luciane Mesquita Mota

Sérgio Salvati e Lucila Egídio

Monografia apresentada ao Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do Certificado de Especialista em Ecoturismo.

Brasília, DF, maio, 2003

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Centro de Excelência em Turismo
Curso de Especialização em Ecoturismo

**“ECOTURISMO E CONSERVAÇÃO DOS FELÍDEOS:
Uma Proposta de Plano de Visitação”**

Luciane Mesquita Mota

Banca Examinadora

Sérgio Salvati e Lucila Egídio
Orientadores

Membro da Banca

Brasília, DF, 26, maio, 2003

LUCIANE DA SILVA MESQUITA

**“ECOTURISMO E CONSERVAÇÃO DOS FELÍDEOS:
Uma Proposta de Plano de Visitação”**

Comissão Avaliadora

Sérgio Salvati e Lucila Egídio
Orientadores

Brasília, DF, 26, maio, 2003

DEDICATÓRIA

Aos meus pais.

Eles não se lembram que me levaram a tantos lugares maravilhosos.

Eles não sabem que no banco de trás, eu apreciava as matas e todo o meio ambiente. Eles não se lembram do quanto gostavam, e não sabem de onde veio o espírito viajante e o gosto pelo “matinho”.

Eu sei.

AGRADECIMENTOS

A Cristina Gianni e Silvano Gianni, que me deram carta branca
para a realização deste trabalho em sua fazenda.
A Eduardo Mota e Rafael Mota. Vocês não são só os meus amores,
são a motivação para tudo que eu realizar nesta vida.
À Terra, por ser tão linda e por isso
não me deixar escolha: tenho de protegê-la.

RESUMO

O ecoturismo é uma ferramenta importante para a viabilização da conservação da fauna brasileira, considerando os princípios e as diretrizes que a fundamentam. A Fazenda Preto Velho, em Goiás, é a sede da Organização Não Governamental “No Extinction”, que tem como principal objetivo a conservação dos felídeos brasileiros ameaçados de extinção, por meio da prática do ecoturismo. Desta forma, foi elaborado um projeto de planejamento para desenvolver o ecoturismo na Fazenda Preto Velho, baseado num inventário minucioso dos dados do local e na posterior análise destas informações. O estudo demonstrou que a Fazenda possui grande potencial para o ecoturismo e subsidiou propostas para a sua efetivação.

ABSTRACT

Ecotourism is a powerful tool for the feasibility of the preservation of Brazilian wildlife, considering the principles and the guidelines followed by the managers of this practice. In the State of Goiás, Brazil, the Preto Velho Farm is the site of a non-governmental organization named “No Extinction”, which has as its main goal the protection of the threatened Brazilian jaguars, by the practice of Ecotourism. Thus, it was provided a project to improve Ecotourism in Preto Velho Farm, based in a full inventory of the situation of the farm, followed by an accurate analysis of the data. The study showed that the Preto Velho Farm has great potential for Ecotourism and substantiated the proposals and skills for the implementation of this kind of touristic practice in the farm.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – O ECOTURISMO E O DILEMA DA SUA CONCEITUAÇÃO	14
1.1 – ORIGEM	15
1.2 – CONCEITOS	16
1.3 – ASPECTOS DO ECOTURISMO	17
1.4 – OS PRINCÍPIOS DO ECOTURISMO	18
CAPÍTULO 2 – O TRABALHO DE CONSERVAÇÃO E SUA IMPORTÂNCIA PARA O ECOTURISMO	22
CAPÍTULO 3 – PLANEJAMENTO DE ECOTURISMO EM ÁREAS CONSERVACIONISTAS	26
3.1 – MÉTODO.....	27
3.1 – CARACTERIZAÇÃO GERAL	29
3.2 – ASPECTOS TURÍSTICOS	38
3.3 – ANÁLISE SWOT	46
3.4 – OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	49
CAPÍTULO 4 – PROPOSTAS PARA UM PLANO DE ECOTURISMO	50
4.1 – ZONEAMENTO	51
4.2 – TRILHAS	53
4.3 – EDUCAÇÃO E TREINAMENTO	54
4.4 – GESTÃO INTEGRADA DO ECOTURISMO	56
4.5 – TAXAS TURÍSTICAS	57
4.6 – INSTALAÇÕES ECOTURÍSTICAS	57
4.7 – INFRA-ESTRUTURA BÁSICA	58

4.8 – CONDIÇÕES NATURAIS	61
4.9 – RECURSOS CULTURAIS	61
4.10 – INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA	61
4.11 – MARKETING	63
4.12 – MONITORAMENTO	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
ANEXOS	67
APÊNDICES.....	83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	98

ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – MAPA ATUAL DA FAZENDA PRETO VELHO.....	32
FIGURA 2 – VISUALIZAÇÃO AMPLIADA DA ÁREA DE EFIFICAÇÕES.....	32
FIGURA 3 – MAPA RODOVIÁRIO DA REGIÃO DE APARECIDA DE LOYOLA.....	33
TABELA 1 – MATRIZ DA ANÁLISE SWOT.....	47
TABELA 2 – MATRIZ DE OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	49
FIGURA 4 – MAPA DE PROPOSTA DE ZONEAMENTO PARA A FAZENDA PRETO VELHO.....	53

ABREVIATURAS

Abreviatura	Significado
h.	Hora
Km.	quilômetro
mm.	milímetros
BR.	Brasil

INTRODUÇÃO

Este projeto apontará as ações e os serviços que, a partir do momento em que forem estabelecidos, trarão condições para a prática do Ecoturismo na Fazenda Preto Velho. Essas ações e serviços deverão incentivar a conscientização e a prática da preservação dos bens naturais de fauna e flora, promover a educação ambiental e estimular o desenvolvimento sócio-econômico e cultural das populações envolvidas.

O ecoturismo, como um instrumento de desenvolvimento sustentável, deve ter uma abordagem multidisciplinar, e por isso deve focar todas as áreas e atores envolvidos. Tendo em vista as inúmeras visões do que é o Ecoturismo, este projeto trará um capítulo sobre o tema, onde serão colocados alguns dos conceitos mais discutidos, os aspectos relevantes da prática e do planejamento do Ecoturismo, assim como os seus princípios e a sua história.

Para que os objetivos deste projeto fossem atingidos, fez-se necessária utilização da metodologia indicada para o planejamento de ecoturismo. Primeiramente foi realizado um inventário detalhado de todos os dados da área a ser estudada, levando-se em conta os recursos naturais e culturais, a infra-estrutura básica e turística, o quadro de funcionários e as ações e planos já existentes. Também se deve abordar as áreas que não se encontram sob a administração da fazenda, mas que, no entanto, têm relação indireta com ela e afetam o turismo pretendido no local.

Na segunda etapa do projeto, foi feito um diagnóstico. Nesta fase foram avaliadas todas as informações obtidas no inventário. A finalidade do diagnóstico é a de se obter um quadro demonstrativo apontando os pontos fracos e fortes que deram subsídio às propostas e que, por sua vez, propiciarão as condições necessárias para a implantação do Ecoturismo na Fazenda Preto Velho. A análise Swot¹, foi o recurso utilizado para realização do diagnóstico.

A terceira e última fase do planejamento consistiu em listar as ações e serviços que deverão ser implantados e/ou implementados na área estudada, e que irão dotar a Fazenda de condições para a prática do ecoturismo. Deve-se ressaltar que as propostas foram pautadas

¹ A Análise Swot será detalhada no Capítulo 3, Item 3.4.

nos princípios que norteiam a prática do ecoturismo, aliados às necessidades impostas pelos atores sociais.

A região onde se localiza a Fazenda possui enorme potencial para a prática do ecoturismo, desde a hidrografia com seus rios, córregos e cachoeiras, até o ecossistema do Cerrado com suas várias paisagens, fauna e flora.

A comunidade de Aparecida de Loyola, povoado que abriga os trabalhadores das Fazendas das regiões adjacentes, passa por um processo de conscientização e se mostrou totalmente a favor da implantação de um projeto de ecoturismo no povoado, tendo em vista os benefícios ambientais, sociais e econômicos que tal iniciativa trará à comunidade.

A Fazenda é a sede da Organização não governamental No Extinction – ONG NEX, que preserva a fauna felina e que, por isso, abriga hoje em cativeiro 3 onças pintadas e 2 suçuaranas que já não têm condições de viver em ambiente selvagem ou que precisem passar por um processo de readaptação à vida selvagem. Esta atividade é única no país e por isso apresenta grande potencial para atrair ecoturistas brasileiros e estrangeiros. Também existe na Fazenda um grande criatório de Araras – Criadouro Apoená. O projeto de ecoturismo possibilitará a educação ambiental aos visitantes e o estímulo necessário para a conscientização a respeito da preservação da fauna silvestre. Tais atividades poderão estar incentivando o surgimento de novos voluntários interessados na prática de serviços em favor da natureza.

Foram encontradas na fazenda áreas com vegetação bem preservada, rios, córregos, cachoeira e locais ideais para a prática de caminhadas, observação de aves e da natureza e pesquisa.

O gado existente na Fazenda produz leite, que é comercializado. A Fazenda apresenta, por isto, potencial para o turismo rural e educativo que, aliado à prática do ecoturismo, demonstrará o processo técnico de retirada do leite e do seu armazenamento.

Na Fazenda Preto Velho são criados cavalos que podem fazer percursos até o povoado de Aparecida de Loyola, levando até lá seus visitantes. Isso trará benefícios imediatos à comunidade local e respeitará um dos princípios mais nobres do Ecoturismo, que é o de proporcionar o desenvolvimento sustentável das comunidades envolvidas.

Diante dos aspectos acima expostos, fica configurado um quadro de potencialidades para as ações conservacionistas que o ecoturismo promove, porém, também fica subentendida a

necessidade de planejamento para que estas ações sejam eficientes. Este planejamento acarretará numa implementação da infra-estrutura básica e proporcionará a criação de uma infra-estrutura turística para recepcionar os novos visitantes na Fazenda Preto Velho. Para tanto, faz-se necessário um projeto de implantação e monitoramento do ecoturismo que respeite os preceitos de conservação da natureza e da cultura dos povos envolvidos, aliado ainda ao desenvolvimento sustentável da região.

**CAPÍTULO 1 - O ECOTURISMO E O DILEMA
DA SUA CONCEITUAÇÃO**

1.1 - Origem:

Surgindo num processo evolutivo, o Ecoturismo teve sua origem num tipo de turismo que privilegiava o contato com a natureza. As primeiras atividades neste sentido se deram com os esportes de caça a animais silvestres, as caminhadas e as escaladas. Também se deram com a fuga de pessoas, por recomendação médica, para áreas distantes das cidades, que já cresciam significativamente entre os séc. XVIII e XIX. Com a criação dos primeiros Parques Nacionais (Yellowstone e Yosemite), nos EUA, surgiram os primeiros, assim denominados mais tarde, Ecoturistas. Estes já não queriam caçar os animais e sim fotografá-los. A consciência ecológica estava se formando naquele momento, onde o mundo acordava para as questões do desenvolvimento desenfreado, e a mídia já se colocava como um instrumento gerador de opiniões a esse respeito (LEUZINGER, 2002).

O interesse cada vez mais crescente de grupos significativos de turistas pelas questões ambientais foi definindo o conceito “Ecoturismo”. Numa das primeiras referências a este tema, no trabalho “*Environment, tourism, culture*”, de N. D. Hetzer, em 1965, foram identificados alguns princípios básicos para se desenvolver um turismo mais responsável. De acordo com o resumo que David Fennell fez em seu livro “*Ecoturismo, uma introdução*”, os princípios de Hetzer seriam os seguintes: 1- mínimo impacto ambiental; 2- mínimo impacto cultural às comunidades receptoras; 3- máximo benefício econômico para as comunidades envolvidas; 4- satisfação dos turistas e visitantes no que se refere ao lazer e à recreação. Desde então, surgiram inúmeras definições para o Ecoturismo, dada a sua complexidade como uma atividade de turismo que demanda retorno econômico e que, ao mesmo tempo, deve exercer o papel de um instrumento de conscientização e prática sócio-ecológica.

No Brasil, apenas em 1985, começou-se a falar sobre o Ecoturismo e só em 1987 foi formada a primeira Comissão Técnica Nacional para monitorar projetos de Ecoturismo, uma parceria formada entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA e a Empresa Brasileira de turismo - EMBRATUR. Dez anos depois, em 1995, foi realizada a 1ª Bienal de Ecoturismo de Canela (RS), que culminou na criação do Instituto de Ecoturismo do Brasil – IEB). No ano de

2002, ano internacional do Ecoturismo, foram realizados alguns congressos, seminários e debates pelo país.

Nas últimas décadas, a grande demanda por viagens a locais que privilegiem a natureza conservada e/ou locais aonde se praticam atividades de preservação à fauna, flora e à cultura, tem feito do Ecoturismo um ramo econômico de crescimento acima do esperado, por isso a necessidade de planejá-lo adequadamente se tornou premente. Tal fato, aliado a muitas pesquisas, novos estudos e inúmeros debates, levou a que o Ecoturismo, enfim, fosse conceituado de forma mais consistente e que melhor retratasse os ideais para a prática desta atividade. Apesar disto, ainda hoje falta consenso nas definições e, por isso, faz-se necessário a leitura de mais de uma dessas definições para que haja um total entendimento dos seus objetivos.

1.2 - Conceitos:

Ressaltando a necessidade de planejamento e realização de projetos sociais, K. Ziffer publicou um artigo, intitulado “Ecotourism: the Uneasy Alliance”, em 1989, definindo o Ecoturismo, de maneira muito abrangente, como:

“Uma forma de turismo inspirada principalmente na história natural de uma área, inclusive nas suas culturas nativas. O ecoturista visita áreas relativamente não desenvolvidas com o espírito de apreciação, participação e sensibilidade. O ecoturista utiliza os recursos naturais e de vida selvagem de forma não-predatória e contribui para a área visitada por intermédio de meios financeiros ou com seu esforço pessoal, com o objetivo de beneficiar diretamente a conservação do local e do bem-estar econômico dos habitantes. A visita deve fortalecer a conscientização do ecoturista e a sua dedicação às questões de conservação em geral e às necessidades específicas dos habitantes locais. O Ecoturismo também pressupõe a prática de uma gestão pelo país ou região anfitriã, que se compromete a planejar e a manter os locais com a participação dos habitantes locais, realizando um marketing apropriado, reforçando os regulamentos e usando os lucros do empreendimento para investir na gestão da área e no desenvolvimento da comunidade.”

No Brasil, as “Diretrizes Para Uma Política Nacional de Ecoturismo” da parceria IBAMA/EMBRATUR, em 1994, definem o Ecoturismo e a ele atribuem valores educacionais:

“...um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas.”

Em 1996, o biólogo Goodwin, em seu trabalho “*In pursuit of ecotourism*”, conceituou o Ecoturismo da seguinte forma:

“Ecoturismo é o turismo na natureza, de baixo impacto, que contribui para a manutenção das espécies, por meio de uma contribuição à conservação e/ou indiretamente produzindo rendimentos para as comunidades locais, para que elas valorizem e, portanto, protejam suas áreas herdadas de vida selvagem como fonte de renda.”

Nota-se que, na conceituação acima, Goodwin destaca o papel do Ecoturismo como instrumento de conservação das espécies.

Outra definição em que podemos observar diferenças em relação às outras foi a inserida nos manuais do Instituto de Ecoturismo do Brasil (IEB), em 1995:

“O ecoturismo é a prática do turismo recreativo, esportivo ou educativo, que se utiliza de forma sustentável dos patrimônios natural e cultural, incentiva a conservação, promove a formação de consciência ambientalista e garante o bem estar das populações envolvidas”.

1.3 – Aspectos do Ecoturismo:

O Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia – PROECOTUR, é um programa do Ministério do Meio Ambiente e tem por objetivo promover o planejamento e trazer investimentos para desenvolver o ecoturismo nos municípios da Amazônia brasileira. Para implementar o programa foi elaborada uma cartilha no ano de 2002: “Ecoturismo: visitar para conservar e desenvolver a Amazônia”. Esta cartilha reuniu informações básicas sobre o ecoturismo. Os aspectos do ecoturismo foram definidos e estão demonstrados nos próximos itens.

1.3.1 - Aspectos ambientais:

destina recursos financeiros para a conservação e incentiva a recuperação de áreas degradadas;

estimula levantamentos e pesquisas científicas sobre os ecossistemas e sua fauna e flora;

promove a educação ambiental e maior consciência ambiental nas populações envolvidas e nos visitantes;

viabiliza tecnologias ambientalmente sustentáveis;

estimula a implantação de infra-estrutura e serviços básicos;

valoriza áreas naturais e cria condições de unir desenvolvimento e conservação;

promove a conservação e recuperação de fauna e flora.

1.3.2 - Aspectos econômicos:

gera renda e empregos;

pode aproveitar a infra-estrutura já existente no local;

privilegia o desenvolvimento com produtos locais;

complementa outras atividades econômicas já desenvolvidas na região ou que venham a se desenvolver.

1.3.3 - Aspectos sócio-culturais:

contribui para a educação;

estimula o entendimento entre os diversos atores sociais da região;

reduz dificuldades no relacionamento das pessoas tendo em vista as diferenças de raça, cor, sexo, origem cultural, política ou religiosa;

Reforça a conservação de heranças e tradições, valoriza a cultura local.

1.4 – Os princípios do Ecoturismo:

O ano de 2002 foi declarado como o Ano Internacional do Ecoturismo pela Organização das Nações Unidas – ONU. Reuniram-se 132 países na Cúpula de Especialistas em

Ecoturismo em Quebec no Canadá. Foram realizadas 18 reuniões preparatórias, onde mais de 3 mil representantes de governos nacionais e locais, de agências de turismo, de organizações não-governamentais, de empresas de consultoria, de universidades e de comunidades locais e indígenas participaram de discussões que culminaram no encontro de Quebec e num manuscrito contendo uma série de princípios básicos para o ecoturismo: a “Declaração de Quebec” (Anexo A). Este documento enumera uma série de sugestões para todos os setores que direta ou indiretamente estão relacionados com o ecoturismo, inclusive setores privados.

Em linhas gerais, a “Declaração de Quebec”, determina que:

o ecoturismo deve contribuir para a conservação do meio ambiente;

o ecoturismo deve promover a valorização cultural das comunidades, bem como sua capacitação para o gerenciamento participativo e de mínimo impacto dos recursos envolvidos;

o ecoturismo deve a diversificação e integração econômica para a melhoria da qualidade de vida das comunidades;

no desenvolvimento do ecoturismo, a integração e equilíbrio entre conservação ambiental, respeito pela cultura local e a diversificação de atividades econômicas devem ocorrer via processo participativo;

A Declaração de Quebec sugeriu ações para todos os setores, contudo este projeto trata de um planejamento para uma área particular, por tal motivo, serão apresentadas no texto apenas as recomendações para o setor privado. O documento, encontra-se na íntegra no anexo “A” deste projeto.

Para o setor privado, as principais recomendações são:

planejar, desenvolver e conduzir seus empreendimentos minimizando impactos e contribuindo para a conservação de ecossistemas sensíveis, do meio ambiente em geral e levando benefícios às comunidades indígenas e locais;

ter em mente que, para ser sustentável, um empreendimento de ecoturismo precisa ser rentável às partes envolvidas, incluindo proprietários, investidores, gerentes e empregados, assim como às comunidades e às organizações de conservação presentes na área onde a atividade é desenvolvida;

garantir que a utilização de materiais, planejamento e operações incorporem

os princípios da sustentabilidade, como conservação da água, energia e materiais;

adotar formas confiáveis de regulação voluntária, como selos verdes, de forma a demonstrar aos seus potenciais clientes o seu real compromisso com os princípios da sustentabilidade;

cooperar com organizações governamentais e não-governamentais que trabalham com conservação de áreas protegidas e de biodiversidade assegurando que suas práticas de ecoturismo sejam realizadas de acordo com planos de gestão e outras regulações para estas regiões. Desta forma, fica evidente que se preocupam em minimizar quaisquer impactos negativos garantindo a qualidade das experiências de turismo e contribuindo financeiramente para a conservação dos recursos naturais;

aumentar o uso de materiais, produtos, logística e recursos humanos locais em suas operações de forma a manter a autenticidade da atividade de ecoturismo e ampliar os benefícios financeiros ao destino. Para que isso seja possível, é necessário também que se invista no treinamento e na capacitação da mão-de-obra local;

trabalhar ativamente com lideranças indígenas para garantir que suas comunidades e culturas sejam tratadas com respeito e que seu quadro de funcionários e clientes seja bem informado a respeito das áreas indígenas, de seus costumes e história;

garantir que a cadeia de produtos e serviços que compõem a operação de ecoturismo seja sustentável e compatível com o nível de sustentabilidade exigido ou esperado pelo consumidor;

trabalhar ativamente com lideranças indígenas e com comunidades locais para garantir que elas sejam tratadas com respeito e que os turistas tenham informações a respeito delas;

promover entre seus clientes, os turistas, uma forma consciente de comportamento dando-lhes a oportunidade de participar de experiências de educação ambiental e de conviver com pessoas de outras culturas. Além disso, contribuições voluntárias às comunidades locais e às atividades de conservação realizadas na região devem ser encorajadas;

gerar um nível de consciência entre funcionários por meio de aulas de educação ambiental e dar suporte ao trabalho que eles e suas famílias realizam em nome da conservação, de desenvolvimento econômico da comunidade e na redução da pobreza;

diversificar suas ofertas desenvolvendo um leque de atividades turísticas e estendendo suas visitas a locais diversos de forma a disseminar o potencial de ecoturismo destas regiões e evitar que um determinado local seja superexplorado e sua sustentabilidade colocada em perigo. Para tanto, as operadoras devem respeitar e contribuir para o estabelecimento de limites de visitas de cada local;

criar e desenvolver mecanismos de arrecadação de fundos para a manutenção de associações e cooperativas que podem fornecer treinamento e divulgação e desenvolver produtos e pesquisas;

formular e implementar políticas específicas para cada setor/serviço ligado à operação do ecoturismo.

**CAPÍTULO 2 - O TRABALHO DE
CONSERVAÇÃO E SUA IMPORTÂNCIA PARA
O ECOTURISMO**

A Fazenda Preto Velho é uma área de 168 hectares, situada no estado de Goiás. Esta área fazia parte de uma grande propriedade que se chamava Fazenda Duas Pontes e que foi desmembrada por motivo de herança. No local ocorriam espécies nativas de fauna e flora em abundância que com o passar dos anos foram sendo caçadas e predadas, porém ainda hoje são avistadas várias espécies, dentre elas algumas em extinção, como é o caso das onças suçuaranas, dos pássaros Curió e Bicudo. Na época da compra, há 16 anos, os atuais proprietários, o casal Cristina e Silvano Gianni, encontraram a área em condições precárias, sem cercas limítrofes e sem infra-estrutura, porém já existiam pastos com algumas cabeças de gado, espaços para agricultura, e grande área natural preservada. Os proprietários adquiriram a Fazenda com a intenção de ter uma grande área para lazer e desfrute da natureza, aliado ao fato de poderem ter a oportunidade de criar gado e cavalos. No entanto, o interesse pela conservação da fauna brasileira, conduziu os proprietários à ações efetivas neste âmbito.

Há 4 anos, o proprietário sensibilizou-se com a alta incidência de tráfico de aves silvestres no Brasil e com as conseqüências funestas que esta atividade, irregular vem causando à fauna brasileira. Desde a época do descobrimento do Brasil, segundo o historiador Eduardo Bueno (1998), os barcos portugueses já levavam, cada um, aproximadamente 600 papagaios. Ainda hoje, porém, é um hábito manter animais silvestres em cativeiro, tanto no Brasil como no mundo. De acordo com informações obtidas no *site* do Criatório Apoena, o tráfico de animais silvestres é o terceiro maior comércio ilegal do mundo, perdendo apenas para o de drogas e o de armas. Dentre as espécies mais cotadas, os psitacídeos estão em posição de destaque, sendo os diversos tipos de papagaios e as araras, como a Canindé e a arara azul gigante as aves mais comercializadas no Brasil e no exterior. Calcula-se que 12 milhões de animais silvestres desaparecem da fauna brasileira no período de 1 ano. O agravante reside no fato de que para cada 10 animais traficados, apenas 1 chega ao seu destino final e os outros nove acabam morrendo na captura ou durante o deslocamento. Estes fatos trouxeram incentivos suficientes para que o proprietário tomasse uma atitude definitiva.

Licenciado pelo Ibama, por meio da portaria 118/N de 1997 (Anexo B), e com a finalidade de recuperar, reproduzir e comercializar papagaios, araras e tucanos, estabeleceu-se o “Criadouro Apoena”. Sediado na Fazenda Preto Velho, este criatório incentiva o comércio legal

destas aves, seguindo rigorosamente os critérios exigidos para reprodução das espécies, e por conseqüência, inibe o comércio desenfreado proveniente do tráfico. Os animais contam com acompanhamento profissional de uma médica veterinária e são submetidos periodicamente a análises clínicas e laboratoriais, para controle de infecções.

A proprietária, Cristina Gianni se interessou pela fauna felina. Buscou informações no Zoológico de Brasília e lá conheceu os administradores e funcionários que a sensibilizaram quanto às dificuldades que estes animais enfrentam. Não é de hoje que a caça vem atingindo a espécie de felídeos brasileira. Tal atividade já vinha sendo exercida pelos índios como uma forma de provar a coragem. Era por um motivo cultural. Com a chegada ao Brasil do homem branco, o comércio de peles foi estabelecido. Documentos datados de 1535, comprovam a exportação das peles desses animais em um navio francês que foi apreendido em Portugal, onde 6.000 peles de onças pintadas foram levadas do Brasil. A caça esportiva também era muito freqüente até bem pouco tempo atrás. Hoje estes animais ainda são freqüentemente abatidos devido a ação predatória que eles exercem sob os animais domésticos, tais como bois, cabras e cavalos. Este é o principal motivo da caça nos tempos atuais, além do desmatamento das matas e florestas, habitats naturais dessas espécies, que ocasiona também, a falta de meios de sobrevivência para estes animais.

Estas constatações levaram à criação da Organização não Governamental - ONG “Instituto de Preservação e Defesa dos Felídeos da Fauna Silvestre do Brasil em Processo de Extinção”, ou pela forma abreviada NEX, que significa “No extinction” que possui sede na Fazenda e é presidida por Cristina Gianni. A preocupação da ONG é com a preservação de todas as espécies que hoje se encontram ameaçadas de extinção e das florestas e matas. Além destas metas, um dos projetos da ONG NEX é promover, por meio do ecoturismo, incentivado pelas onças, o desenvolvimento sustentável do povoado de Aparecida de Loyola, que conta com 87 famílias, somando um total de 465 pessoas que vivem em condições críticas de pobreza, desemprego e absoluta falta de perspectivas. O slogan da ONG é “Onça ajudando gente”.

Desta forma, encontramos hoje, uma fazenda com atividades valiosas para a conservação e capazes de despertar o interesse de pesquisadores e ecoturistas: o Criatório de aves Apoena e a ONG NO Extinction, a única organização deste porte que conserva a fauna felina no Brasil. Aliando-se a isto, encontramos uma grande área de natureza preservada e valiosos

recursos hídricos. Está formado, então, o cenário potencial, pois as atividades hoje praticadas na Fazenda Preto Velho, proporcionam a realização de estudos ambientais, pesquisas científicas e projetos sócio-culturais para o desenvolvimento da região.

**CAPÍTULO 3 - PLANEJAMENTO DE
ECOTURISMO EM ÁREAS
CONSERVACIONISTAS**

3.1 – Método

O planejamento é uma atividade que deve propiciar condições favoráveis para que seus objetivos sejam alcançados. O método empregado na elaboração deste planejamento tomou como base indicações sinalizadas por Kreg Lindberg, em 1999, no seu livro *Ecoturismo: um guia para o planejamento e gestão*, e obedeceu três etapas:

3.1.1 – Primeira etapa: avaliando a situação atual.

Como requisito básico para um planejamento, o primeiro fator considerado foi a existência de atrações naturais e culturais capazes de motivar a vinda de turistas. Em uma visita à Fazenda, tais dados foram levantados superficialmente, porém já eram fortes indicadores de que o local poderia atrair ecoturistas. No decorrer de outras três visitas foi realizado um inventário que detalhou todas as informações possíveis da Fazenda e da comunidade adjacente. Somaram-se a essas informações dados adquiridos no *site* do Criadouro Apoena e no *site* da ONG NEX.

3.1.2 – Segunda etapa: analisando as informações.

De posse de todas as informações disponíveis sobre a Fazenda Preto Velho, deu-se início a análise. Esta se pautou nas diretrizes e nos princípios do ecoturismo e na nos propósitos conservacionistas dos projetos realizados na Fazenda, além das condições e características da fauna e flora nativas e abrigadas no local. A análise identificou pontos fracos e fortes que relacionados com as oportunidades e ameaças externas trouxeram subsídios para a identificação dos objetivos estratégicos.

3.1.3 – Terceira etapa: elaborando um plano de ações.

Norteados pelos objetivos estratégicos identificados na fase anterior, foi elaborado um plano de ações com propostas para cada setor inventariado. Este plano também estabelece diretrizes que visam garantir a conservação do patrimônio natural e cultural do local.

Para a realização destas 3 etapas do planejamento foi necessário o emprego da seguinte metodologia:

Estudo de campo com visitas à Fazenda Preto Velho.

- Quantidade de visitas: 4

- Atividades realizadas: observação, fotografia, reuniões com proprietários e funcionários, entrevistas informais e questionário para os proprietários (Anexo A). O questionário utilizado neste projeto foi baseado no questionário para proprietários de áreas rurais agrícolas, elaborado pelo Instituto de Desenvolvimento Ambiental – IDA/Brasília-DF.

- Informações levantadas: histórico, localização e acessos, documentação, infraestrutura básica e turística, aspectos sócio-econômicos, condições naturais e recursos culturais.

Estudo de campo com visitas ao povoado de Aparecida de Loyola.

- Quantidade de visitas: 4

- Atividades realizadas: observação, reuniões com Associação de Moradores e entrevistas informais.

- Informações levantadas: histórico do povoado, ações do SEBRAE, eventos culturais, serviços, lazer e infraestrutura turística.

Análise da planta baixa da Fazenda Preto Velho;

Análise da foto por satélite da região (Anexo C);

Análise das fotos da Fazenda;

Consultas aos *sites* da ONG NEX e do Criadouro Apoena;

Anotações;

Bibliografia consultada;

3.2 – Caracterização Geral

3.2.1 – Delimitação da Área: (Anexo C)

3.2.1.1 – Localização e Limites: município de Corumbá de Goiás – GO, na estrada estadual de ligação entre o povoado de Aparecida de Loyola e a Cidade Eclética. Acesso pela Br- 070, saindo de Brasília em direção a Pirenópolis, entrada à esquerda no Km 34 (Figura 3).

3.2.1.2 – Delimitação da Área: O objeto de estudo deste projeto limita-se a propor ações e serviços para o desenvolvimento do Ecoturismo na área da Fazenda Preto Velho, porém levará em consideração a relação de benefícios ou impactos que existem ou que poderão surgir entre ela e o Povoado de Aparecida de Loyola e as fazendas vizinhas.

3.2.2 – Aspectos da administração geral:

A Fazenda é uma propriedade particular rural, onde são praticadas várias atividades, tais como agricultura, pecuária e conservação de fauna e flora.

A agricultura é praticada para a produção de cana-de-açúcar, milho e capineira que servem de alimento para o gado, para os demais animais mantidos na Fazenda e também para os funcionários que moram no local.

A pecuária é praticada para a comercialização dos animais e para a comercialização de leite. A renda gerada é revertida para a própria Fazenda e é utilizada para a manutenção da área e para a folha de pagamento dos funcionários.

A Fazenda é administrada pelos proprietários, que gerenciam as finanças, determinam as ações prioritárias e buscam recursos. Devido às atividades realizadas

pelo criatório de aves e pela ONG NEX, os proprietários estabelecem uma relação pessoal com o IBAMA que é um parceiro nestas atividades.

A Fazenda também possui um gerente que administra o local na ausência dos proprietários. Este gerente é responsável pela distribuição de alimentos aos animais, pelas tarefas realizadas no setor agrícola, pela manutenção dos equipamentos, pelos trabalhos do setor pecuário, tais como manejo, ordenha e cuidados, além da distribuição dos trabalhos pelos demais empregados.

As áreas estão distribuídas com os seguintes percentuais:

Agricultura: aproximadamente 10% de área destinada ao plantio de cana-de-açúcar, milho e capineira.

Pecuária: aproximadamente 50% de área destinada à criação de gado.

Conservação ambiental: aproximadamente 40% de área destinada à conservação da fauna e flora.

3.2.3 – Aspectos sócio-econômicos

3.2.3.1 - Sociais:

3.2.3.1.1 – Proprietários: Silvano Gianni e Cristina Gianni

Endereço: SHIS QL 22, CONJ. 10, CASA 07 – Lago Sul

Telefone: 366-2525

3.2.3.1.2 – Trabalhadores:

Os trabalhadores são provenientes do povoado de Aparecida de Loyola e foram contratados por terem experiência anterior necessária para as atividades que praticam na fazenda. Não passaram por treinamento formal depois de contratados.

Total de trabalhadores: 09

Famílias de trabalhadores que moram na fazenda: 2 famílias

Trabalhadores que moram na fazenda: 4 pessoas

Trabalhadores que não moram na fazenda: 5 pessoas

As atividades são variadas, entre elas, os trabalhos nas plantações, trato dos animais, manejo e clínica dos animais, construções e serviços gerais.

3.2.3.1.3 – Condições de vida:

Moradias: 4 casas, sendo 1 para a família de proprietários e 3 para trabalhadores

Tipo de moradia dos trabalhadores: alvenaria, telha colonial e banheiro interno (Apêndice B).

3.2.3.2 – Econômicos:

3.2.3.2.1 – Produção:

agrícola: cana de açúcar, milho e capineira para alimentação dos animais e para consumo próprio

pecuária: gado, leite, cavalos (Apêndices C, D e E) para comercialização e lazer.

criatório de aves: araras, papagaios e tucanos (Apêndices F, G e H) para comercialização não predatória.

3.2.3.2.2 – Comércio e serviços:

venda de leite: para a cooperativa Itambé

venda de animais: gado e aves

criação de cavalos: transporte dos trabalhadores e lazer dos proprietários e seus convidados.

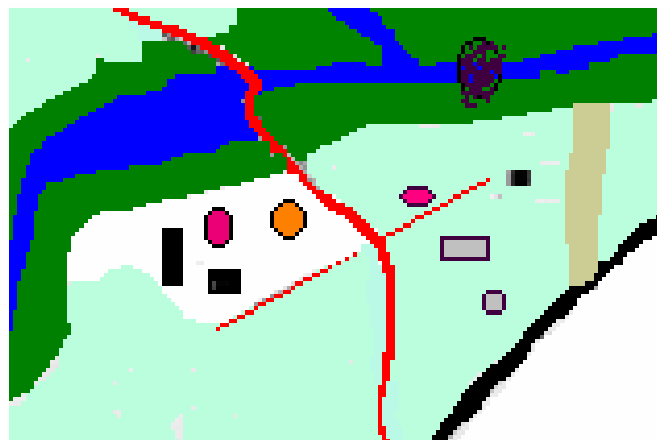
preservação de felídeos por meio da ONG NEX (Anexo D e Apêndices I, J e L)

3.2.3.3 – Ocupação e uso do solo – ecológico e rural.

Figura 1 - Mapa Atual da Fazenda Preto Velho



Figura 2 - Visualização ampliada da área de edificações



3.2.4 – Infra-estrutura básica instalada e prevista:

3.2.4.1 – De acesso:

Figura 3 – Mapa Rodoviário da Região de Aparecida de Loyola



3.2.4.1.1 – Distâncias:

Brasília – Fazenda Preto Velho: 84 Km. Saindo de Brasília pela BR – 070, são 70 km de estrada asfaltada, até o Km 34. A partir deste ponto percorre-se 10 km em estrada de terra até a entrada da Fazenda Preto Velho. No trajeto de terra atravessa-se uma ponte de madeira sob o Rio Areias.

Aparecida de Loyola – Fazenda Preto Velho:

Distância de 4 Km em estrada de terra. Existe uma ponte de madeira sob o rio Areias.

Pirenópolis – Fazenda Preto Velho

Distância de 78 Km, sendo que a partir da Fazenda percorre-se 10 km em estrada de terra, até a BR 070, onde se segue por ela, por mais 68 km em estrada pavimentada em estado precário de manutenção. Há também a opção de seguir por uma estrada de terra de 35 km até Corumbá de Goiás e depois pegar a BR 070, por 16 Km até Pirenópolis.

Anápolis –Fazenda Preto Velho:

Distância de 103 Km, sendo que 76 Km são de asfalto e ou outros 27 Km são de terra. A partir de Anápolis percorre-se a BR 060 até a cidade de Alexânia, quando então entra para estrada que leva até Aparecida de Loyola e à Fazenda Preto Velho.

Corumbá de Goiás – Fazenda Preto Velho:

Possui dois trajetos: o mais próximo é de 35 Km, porém é todo de terra. O outro possui 60 km, onde a partir de Corumbá, pela BR 070 percorre-se 50 km de asfalto e depois mais 10 Km de terra até a Fazenda.

Alexânia – Fazenda Preto Velho:

Distância de 37 Km, sendo que, 11 Km são de asfalto e 26 Km são de terra.

Goiânia – Fazenda Preto Velho:

Distância de 158 Km, pela BR 060, passando por Anápolis e Alexânia. Dos 158 Km, 131 Km são de asfalto e 27 Km são de terra.

3.2.4.1.2 – Transportes:

Não existe transporte público entre as fazendas, nem entre o Povoado de Aparecida de Loyola e outros povoados e cidades. A prefeitura destina alguns ônibus para fazer o transporte de crianças que estudam fora do povoado de Aparecida de Loyola. Na maioria dos casos, as pessoas utilizam cavalos para se locomoverem pelas redondezas do povoado e da Fazenda. Não existe aeroporto na cidade, nem pista de pouso na região. Na Fazenda Preto Velho há uma área destinada para construção de um heliporto que promoverá o transporte de turistas estrangeiros do Aeroporto de Brasília para a Fazenda.

PONTOS FORTES:

A Fazenda localiza-se num ponto central, entre as principais cidades da região: Brasília, Corumbá de Goiás, Anápolis, Pirenópolis, Alexânia e Goiânia (Figura 3). De qualquer uma destas cidades há acesso para a Fazenda Preto Velho. As estradas de asfalto estão em razoáveis condições de uso.

PONTOS FRACOS:

Não há sinalização alguma, durante todos os percursos, alertando para a existência e localização da Fazenda e do povoado de Aparecida de Loyola. Apenas no portão da Fazenda encontra-se uma placa com o nome da mesma. (Apêndices M, N e O). O tráfego de helicóptero na região pode trazer agressões a fauna local. A poluição sonora e os ventos causados por este tipo de aeronave podem ser nocivos à saúde dos animais silvestres.

Nas estradas de terra, falta manutenção. A prefeitura do município, sediada em Corumbá de Goiás, passou tratores nas estradas para eliminar os buracos e desníveis, porém em época de chuva as estradas voltam a ficar em estado precário e perigoso.

3.2.4.2 – Infra-estrutura básica:

3.2.4.2.1 – Abastecimento de água:

Proveniente das duas nascentes que se localizam dentro da Fazenda, uma delas serve para irrigação e para os animais e a outra abastece as casas. O tratamento é feito com filtro doméstico apenas na sede da Fazenda.

3.2.4.2.2 – Tratamento de esgoto:

O esgotamento sanitário é feito por meio de fossa negra que se encontra distante da captação de água cerca de 2000m.

3.2.4.2.3 – Sistema de limpeza:

Parte do lixo produzido na Fazenda é enterrado, o restante é queimado. O lixo é composto essencialmente por plásticos, metal e papel. O lixo orgânico é reutilizado na lavoura.

3.2.4.2.4 – Energia elétrica:

É fornecida pela Central de Energia Elétrica de Goiás – CELGO. Encontra-se distribuída na região da sede da fazenda se estendendo até uma das áreas de pasto da fazenda.

3.2.4.2.5 – Abastecimento de gêneros:

Alguns alimentos são produzidos na própria Fazenda, tais como leite e frutas do pomar, o restante é trazido de Aparecida de Loyola e Brasília.

3.2.4.2.6 - Circulação interna:

A Fazenda é cortada pela estrada de terra que liga a BR 070 ao povoado de Aparecida de Loyola (Figura 1). As estradas e trilhas existentes na Fazenda são de terra, sendo que parte da trilha que segue para a cachoeira, num trecho de declive bastante acentuado, possui calçamento com degraus. Junto à sede da Fazenda encontra-se uma área destinada para estacionamento (Apêndice P).

3.2.4.2.7 – Edificações:

4 casas para moradia; 1 curral; 1 casa para estoque de ração; 1 canil; 2 cativeiros para onças; 1 churrasqueira; 1 quiosque; 1 galpão para fabricação de ração e garagem; 1 casa para a clínica veterinária e incubação de aves; 1 baia para o abrigo de equinos; 1 casa em construção para a hospedagem de futuros pesquisadores e estudantes.

PONTOS FORTES:

No caso da água, não há tratamento químico e o atendimento é suficiente para as necessidades do local.

Ampla área para estacionamento, junto à sede da Fazenda.

O lixo orgânico é aproveitado para a fabricação de ração e para adubagem.

As edificações foram construídas e pintadas, obedecendo a um padrão entre si e estão esteticamente adequadas ao meio ambiente onde se encontram. São térreas, de alvenaria, pintadas de amarelo, com telhas coloniais, portas e janelas de madeira, pintadas de azul (Apêndice B).

PONTOS FRACOS:

Não há prática de reciclagem ou de reutilização do lixo para plásticos, vidros e metais e papéis.

Não há recipientes para lixo, espalhados pela Fazenda.

Estacionamento sem arborização (Apêndice P).

Não há placas e/ou mapas indicando a localização dos recintos e áreas de Fazenda.

No local onde se encontram as moradias dos trabalhadores, o curral (Apêndice Q), e a casa de estocagem de ração, o solo está exposto e devido a uma ligeira inclinação no terreno, ocorrem pequenas erosões (Apêndice B). Foram encontrados restos de materiais, lixo e equipamentos, tendo em vista a construção de uma edificação no local.

A fossa negra não possui nenhum sistema de tratamento para o esgoto que nela é despejado, sendo assim pode contaminar o lençol freático, as nascentes, os rios e córregos. É um risco para a saúde das pessoas e dos animais.

3.2.4.3 – Equipamentos e serviços:

3.2.4.3.1 – De saúde: Os Hospitais mais próximos ficam na cidade Eclética, em Anápolis e em Alexânia. Existe um acompanhamento veterinário para os animais

da Fazenda, feito por uma profissional que comparece ao local uma vez por semana.

3.2.4.3.2 – Comunicação/informação: O sistema de telecomunicações é feito por um sistema que é próprio para áreas rurais e permitiu a instalação de uma linha telefônica na Fazenda. Também existe uma antena parabólica que permitiu a instalação de TV e rádio.

PONTOS FORTES:

Acompanhamento periódico dos animais por profissional capacitado.

Existência de TV e rádio e linha telefônica.

PONTOS FRACOS:

Não existem instalados na Fazenda, computador, vídeo cassete e fax.

3.3 – Aspectos Turísticos

3.3.1 – Condições naturais:

3.3.1.1 – Geologia:

Goiás integra o planalto Central, sendo constituído por terras planas cuja altitude varia entre 200 e 800 metros. Faz parte do complexo cristalino brasileiro e data do período proterozóico da era pré-cambriana. Dentro dos limites da Fazenda encontramos colinas que formam vales por onde passam córregos e onde encontramos a cachoeira da Fazenda (Anexos E e F, e Apêndice R).

3.3.1.2 – Clima:

Tropical com duas estações bem definidas: fria e seca, no período de meado de maio até meado de outubro e outra quente e chuvosa, no período que vai de outubro a maio. A quantidade de chuvas varia entre 750mm a 2000mm ao ano.

3.3.1.3 - Vegetação:

O Ecossistema Cerrado (Pinto, 1993):

Ocorre como a vegetação principal na região central do país. Possui uma flora rica em espécies com até 300-400 espécies por hectare, com árvores e arbustos e semi-arbustos porém com caules mais grossos e também com vegetação rasteira com ervas e gramíneas. Ocorre sobre solos estéreis bem drenados e pouco permeáveis gerando pouco armazenamento de água para as plantas no período de seca. A Vegetação lenhosa possui, na sua maioria, trancos e galhos, casca grossa e folhas grandes, geralmente duras e tesas.

Dentro dos limites da Fazenda encontramos os subsistemas³ do Cerrado:

Subsistema dos campos:

Ocupa a parte mais elevada da Fazenda, estando a cerca de 300 metros acima do vale do rio Buritis, principal rio que passa no local. A ocorrência de árvore com frutos comestíveis é muito pequena, fator que é típico deste subsistema.

- Campo Limpo: categoria fisionômica do Cerrado com camada vegetal rasteira, sem árvores ou arbustos que se destacam acima desta camada.

- Campo Sujo: categoria fisionômica do Cerrado, de árvores baixas e/ou arbustos muito espalhados.

Subsistema dos cerrados:

Possui solo de baixa fertilidade e uma rede de drenagem regular. Há grande variedade de espécies vegetais frutíferas, como palmeiras, murici, pequi e jatobá-do-campo. A vegetação característica deste subsistema é o Campo Cerrado e o Cerradão, porém na Fazenda não há incidência do segundo caso.

- Campo Cerrado: categoria fisionômica do Cerrado que contém árvores baixas e arbustos razoavelmente separados.

² Os subsistemas foram classificados de acordo com a constituição do solo, vegetação, rede de drenagem e microclimas (Barbosa, Ribeiro e Schimtz, citado por Pinto, 1993)

Subsistema das matas:

Corresponde aos vales, com solo de boa fertilidade e boa rede de drenagem. Árvores frutíferas são poucas, porém a vegetação é exuberante, com árvores altas e bem próximas uma das outras. A mata que ocorre na Fazenda é do tipo mesofítica, ou seja encontra-se ao longo de córregos e rios.

- Mata Galeria: Não é uma floresta totalmente fechada, porém é mais densa e alta que o cerrado. Sempre verde, possui um dossel arbóreo denso. No rio Buritis, dentro da Fazenda, a Mata Galeria se encontra em um vale com declividade assentuada.

Subsistema dos Pântanos:

Áreas alagadas com solo de várzea, concentrada na margem de córregos, rios e nascentes. São vegetações típicas deste subsistema, as veredas ou brejos. São encontradas várias espécies de flora, como a copaíba, o barbatimão, os buritis, a canela-de-ema e os ipês.

- Veredas ou brejos: ambiente alagado onde o nível de água flutua sazonalmente.

3.3.1.4 – Fauna:

- Espécies nativas: são encontradas diversos tipos de animais tais como, aves, cobras, tatus, furão, curiós, bicudos, capivaras, cutias, pacas, macaco prego, sagüi, tamanduá mirim, veado catingueiro, gato do mato, sussuarana, cachorro do mato, raposa, saruê e lontra. Alguns destes, em processo de extinção, como é o caso dos bicudos, dos curiós, do macaco prego, do tamanduá-mirim, do veado catingueiro e da sussuarana.
- Espécies em processo de preservação: encontramos 5 felídeos, sendo que 3 são onças pintadas e 2 são suçuaranas (Anexo D e Apêndices L, M e N).
- Espécies para produção, reprodução, comercialização e lazer: equina com 16 cavalos, bovina com 50 bois e vacas, canina com 3 cachorros, psitacídeos com 80 aves, entre araras, papagaios e tucanos (Anexo G e Apêndices U e V).

O brejo nomeado de “Brejo da Hortência” já foi um reduto de curiós e bicudos. Porém com a caça predatória, estas aves, estão quase extintas, sendo vistas em pequeníssimo numero. É intenção dos proprietários da Fazenda, promover a reintrodução dessas aves naquele habitat natural. Tal projeto será desenvolvido pelo Criadouro Apoena, que recupera, conserva, reproduz e comercializa aves e é uma das atividades realizadas na Fazenda (Apêndices H, I e J).

3.3.1.5 – Recursos hídricos:

Passam pela Fazenda, 5 córregos: Buriti, Catingueiro e outros 3 sem nomes. Estes córregos vão desaguar no Rio Areias, fora dos limites da Fazenda, que por sua vez deságua no Rio Corumbá, também fora da Fazenda. O Rio Buriti forma uma cachoeira dentro da Fazenda (Anexos E e F).

3.3.1.6 – Paisagem:

3.2.1.6.1 - Tipificação: Campestre e hidrográfica, típica do Cerrado, numa área de vale, onde são avistadas colinas, campos e matas ciliares camuflando os 5 córregos que passam pela Fazenda (Apêndice R).

3.2.1.6.2 - Naturalidade: A área preservada da Fazenda está compreendida em aproximadamente 40% da área total.

3.2.1.6.3 - Diversidade: Na região central da Fazenda pode-se ver os campos para pasto do gado, curral, uma barragem que forma um lago, pomar, cativoiro das onças, gaiolas do criatório de aves, canil e um complexo de edificações para moradia, lazer e depósitos.

3.2.1.6.4 - Intrusões visuais: aterramento para a construção de chalés.

PONTOS FORTES:

Apesar de as araras, papagaios e tucanos serem comercializados, a reprodução é feita dentro dos padrões exigidos pelo IBAMA, e por isso a venda só é permitida depois da terceira, ou quarta, ou até a partir da quinta geração. Este mecanismo existe para evitar o comércio desenfreado e predatório praticado pelos traficantes. Tendo em vista o enorme interesse pela compra destes animais, seja

nacionalmente quanto internacionalmente e pela falta de mecanismos eficientes que impeçam ou proíbam a compra destes animais, o IBAMA, por meio do Ministério do Meio Ambiente, autorizou a comercialização destas espécies e publicou uma portaria regulamentando a atividade e determinando os critérios conservacionistas para a atividade.

PONTOS FRACOS:

No local destinado aos chalés foi feito um aterramento para a construção dos mesmos (ver no mapa). Como a obra está parada, o aterramento fica exposto e visualmente gera um contraste com o ambiente natural.

3.3.2 – Recursos culturais (no povoado de Aparecida de Loyola):

Os proprietários estimulam as atividades culturais do povoado, participando dos eventos, ajudando na elaboração e nos preparativos.

Festas Folia de Reis e Junina.

História do povoado.

Aniversário da cidade.

Sede da Associação dos Moradores com Biblioteca e Escola de Música.

Moda de viola aos sábados.

Igreja.

Praça.

Restaurante (apenas um restaurante, ainda sem nome, com comida caseira)

PONTOS FORTES:

O povoado de Aparecida de Loyola, está em fase de resgate das suas culturas, entre elas algumas festas tais como a Folia de Reis, quando são executada a dança da Catira, e a Festa Junina. Para isso tem contado com o apoio do Serviço Brasileiro de Apoio a Pequena e Micro Empresa - SEBRAE, que deseja incluir o povoado no programa do Caminho do Ouro, incentivando, por meio do Ecoturismo, o desenvolvimento sustentável

do povoado. Esta instituição já levou para o povoado, cursos como os de Cidadania, Liderança e Empreendedorismo. A comunidade está receptiva ao desenvolvimento do Ecoturismo e já formou a Associação dos Moradores de Aparecida de Loyola. Esta Associação está resgatando a história da cidade por meio de depoimentos dos moradores mais antigos do povoado. A prefeitura, sediada em Corumbá de Goiás fez a doação de um prédio que abrigava uma antiga escola em Aparecida. Este prédio servirá para abrigar a Associação, a biblioteca e a escola de música, estas duas últimas, uma solicitação da comunidade. A praça do povoado é um ponto de encontro dos moradores e fazendeiros da região, nos seus arredores estão 2 “mercadinhos” e 1 bar, além da maior parte das residências. No meio da praça está a igreja. O único restaurante do povoado, recém aberto, tem sido suficiente para atender a demanda ainda quase inexistente de visitantes. A iniciativa de abri-lo foi fruto do estímulo dado pelo SEBRAE, com o curso de Empreendedorismo e também pelas primeiras reuniões da Associação dos Moradores que visam o desenvolvimento do ecoturismo no local.

PONTOS FRACOS:

Por falta de recursos e incentivos, as festas tradicionais não estão sendo realizadas anualmente.

Não há um dia certo para a comemoração do aniversário da cidade.

Não há registros oficializados sobre a história do povoado.

O prédio onde será a sede da Associação dos Moradores, a biblioteca e a Escola de Música, encontra-se em reforma pois foi entregue sem condições para uso. As rachaduras e as paredes já foram consertadas e pintadas, o telhado também já foi recuperado, faltam porém os vidros das janelas e algumas portas, inclusive a principal. Falta também o mobiliário, porém alguns livros e instrumentos musicais já foram doados à Associação. Esta não tem recursos financeiros para continuar a reforma.

A igreja precisa de uma reforma, pois se encontra em estado bastante desgastado. O povoado não conta com um padre permanente que possa realizar missas, casamentos e batizados.

A praça de Aparecida de Loyola não possui a mínima infra-estrutura, como bancos, jardins, árvores, calçadas, telefones públicos e outros. As casas que estão nos arredores da praça não possuem um estilo padronizado.

Ainda não foi desenvolvido o artesanato local.

3.3.3 – Infra-estrutura turística:

3.3.3.1 – Meios de hospedagem:

Prevista a construção de 10 chalés que, por intenção dos proprietários, irão abrigar somente pessoas que contribuírem com a ONG NEX. O povoado de Aparecida de Loyola ainda não tem hospedagem a oferecer, porém a comunidade está envolvida no desenvolvimento desta atividade.

3.3.3.2 - Alimentos e bebidas:

Somente no povoado de Aparecida de Loyola são encontrados alguns bares e um restaurante de comida caseira.

3.3.3.3- Entretenimentos:

Banho na cachoeira.

Quiosque como ponto de encontro.

A ordenha das vacas.

3.3.3.4 - Serviços:

Cavalos com 8 celas para cavalgadas.

PONTOS FORTES:

A cachoeira possui aproximadamente 7 metros de altura e, devido à barragem construída no local, forma uma piscina de água natural, ótima para banho.

O quiosque proporciona encontros e reuniões, pois possui uma mesa adequada com seus respectivos bancos, além de várias redes. Ótimo ponto para observação e estudo das

onças. Ao seu lado, fica um prédio onde se encontra uma mini-cozinha com churrasqueira e um banheiro. Existe uma ducha para banho fora do banheiro.

O processo para a ordenha das vacas é mecanizado, produzindo leite suficiente para o consumo dos moradores da Fazenda e para os possíveis visitantes.

São proporcionadas cavalgadas até o povoado de Aparecida de Loyola, e por algumas áreas da Fazenda.

PONTOS FRACOS:

Não há hospedagem para pernoite.

Não existem trilhas abertas para os passeios ecológicos.

Não existe sinalização no caminho para a cachoeira.

Não há centro de informações turísticas na Fazenda.

3.3.4 - Marketing:

A fazenda é divulgada por meio do *site* oficial da ONG NEX na *internet*, cujo endereço é www.nex.org.br. No *site* são encontradas todas as informações sobre os projetos da ONG, além de informações sobre a fazenda e os felídeos. Também são encontradas várias fotos. A ONG NEX vende camisetas, *por meio do site*, com a foto, o *slogan* e a logomarca da instituição. O *slogan* é “Onça salvando gente”. Também há o *site* do criadouro das aves, cujo endereço é www.criadouroapoena.com.br.

O projeto já chamou atenção da mídia em Brasília, e uma matéria de página inteira foi publicada no Jornal Correio Brasiliense, no caderno do meio ambiente, no dia 02 de fevereiro de 2003.

PONTOS FORTES

Os *sites* estão bem construídos e estão sendo bem visitados. A matéria num dos principais jornais de Brasília divulgou bem o projeto e o povoado de Aparecida de Loyola e trouxe ótima repercussão a nível social e político.

PONTOS FRACOS

Falta um programa de marketing contínuo que abranja outros setores de divulgação do projeto e da Fazenda, tais como, campanhas, folders, maior inserção na mídia, produtos e outros.

3.4 - Análise Swot

A análise Swot é um método que consiste em avaliar os fatores atuais do local onde se pretende desenvolver o ecoturismo e depois atuar estrategicamente sobre estes fatores e sobre os fatores futuros. O objetivo desta análise é maximizar o que for positivo e corrigir o que for negativo, além de aproveitar as oportunidades e evitar as ameaças. A partir do levantamento dos pontos fortes e fracos de cada contexto, são apontados os fatores internos (Pontos Fortes e Fracos) e os fatores externos (oportunidades e ameaças) que afetarão a eficiência e influenciarão no bom desenvolvimento do projeto de ecoturismo para aquela área. Esta análise deve, então, estabelecer os objetivos estratégicos que deverão ser contemplados, por meio de ações propositivas.

No quadro demonstrativo da análise SWOT, as áreas estratégicas estão dispostas conforme a priorização das futuras ações (Tabela 1).

Tabela 1. Matriz da Análise SWOT

Áreas Estratégicas	Pontos Fortes	Oportunidades	Pontos Fracos	Ameaças
Política	<ul style="list-style-type: none"> - ONG NEX 	<ul style="list-style-type: none"> - Prefeitura do município de Corumbá de Goiás - Participação do SEBRAE - Associação dos Moradores - IBAMA - Engajamento comunitário 	<ul style="list-style-type: none"> - Plano diretor com zoneamento - Plano de desenvolvimento do Ecoturismo - Baixos recursos para projetos na Fazenda - Parcerias político-institucionais 	<ul style="list-style-type: none"> - Má remuneração de professores - Baixos recursos - Plano de desenvolvimento do turismo em Aparecida de Loyola e em Corumbá - Plano diretor do município - Parcerias político-institucionais
Capacitação e Serviços	<ul style="list-style-type: none"> - Trato com os animais - Funcionários capacitados para o trabalho na Fazenda 	<ul style="list-style-type: none"> - Atuação do SEBRAE no povoado - Cursos de cidadania, liderança e empreendimentos - Desenvolvimento do comércio básico de mantimentos - Restaurante com comida caseira 	<ul style="list-style-type: none"> - Capacitação para trabalhar em Ecoturismo - Baixos recursos da ONG e da Fazenda - Educação ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> - Capacitação para o turismo - Baixo recursos - Educação ambiental - Transporte - Desenvolvimento do comércio e do artesanato local - Baixa escolaridade
Infra-estrutura Básica	<ul style="list-style-type: none"> - Disponibilidade dos recursos hídricos - Energia elétrica - Edificações coloniais - Sistema de telefonia para aparelhos fixos - Antena parabólica 	<ul style="list-style-type: none"> - Energia elétrica - sistema de telefonia - Hospital em cidade próxima - Estrada interestadual asfaltada 	<ul style="list-style-type: none"> - Sinalização da Fazenda - Construção de heliporto - Coleta seletiva - Lixeiras - Fossa negra - Instalação de computadores 	<ul style="list-style-type: none"> - Sinalização das estradas - Coleta seletiva - Coleta pública de lixo - Lixeiras - Sistema de esgoto

Infra-estrutura Turística	<ul style="list-style-type: none"> - Quiosque para palestras e descanso - Banheiros - Ducha para banho - Área para estacionamento - Localidade 	<ul style="list-style-type: none"> - Restaurantes e bares no povoado 	<ul style="list-style-type: none"> - Hospedagens - Trilhas - Sinalização turística - Centro receptivo - Recursos fracos - Transporte 	<ul style="list-style-type: none"> - Acesso - Hospedagem na cidade - Sinalização na cidade - Projeto urbanístico - Posto para informações turísticas
Atrativos	<ul style="list-style-type: none"> - Qualidade ambiental - Paisagem cênica, do cerrado preservado - Riqueza hídrica - Fauna e flora preservadas - Projeto “Onça ajudando gente” - Criadouro de aves - Possibilidade de desenvolver Ecoturismo e turismo rural - observação de aves - Cavalgadas - Cachoeira com piscina represada - Brejo da Hortência 	<ul style="list-style-type: none"> - Paisagem cênica, do cerrado preservado - Fauna e flora preservada - riqueza hídrica - Roda de viola - Festas folclóricas - Catira - Comida regional - Igrejinha - Resgate histórico-cultural - Projeto social 	<ul style="list-style-type: none"> - Pastos em desuso - Impacto visual do aterro - Trilhas interpretativas - Identificação e desenvolvimento dos atrativos potenciais 	<ul style="list-style-type: none"> - Sujeira e lixo exposto - Identificação e desenvolvimento de atrativos potenciais - Desgaste arquitetônico e paisagístico urbano - Pavimentação urbana - Praça com infraestrutura precária
Marketing	<ul style="list-style-type: none"> - ONG NEX - Publicações na mídia - <i>Ssites</i> na internet - Camisetas 	<ul style="list-style-type: none"> - Proximidade de 3 grandes centros urbanos - Receptividade das comunidades envolvidas ao turismo - Publicidade - Caminho do Ouro do SEBRAE 	<ul style="list-style-type: none"> - Baixos recursos - Programa de marketing elaborado e implantado - Material impresso - Parcerias técnico-financeiras 	<ul style="list-style-type: none"> - Baixos recursos - Calendário de festas - Divulgação do povoado - Veiculação de campanhas sócio-ambientais - Desorganização na realização dos eventos locais - Parcerias técnico-financeiras

3.5 - Objetivos Estratégicos

Tabela 2 – Matriz de Objetivos Estratégicos:

Áreas Estratégicas	Objetivos Estratégicos
Política	Plano Municipal de Desenvolvimento do Ecoturismo definindo as ações a serem implementadas e os recursos necessários.
Capacitação e Serviços	Serviços e produtos com mão-de-obra capacitada e qualificada pautada nos princípios do desenvolvimento sustentável e envolvendo a comunidade local.
Infra-estrutura Básica	Saneamento básico efetivamente implantado e ecologicamente adequado.
Infra-estrutura Turística	Integração com o meio ambiente e adequação das necessidades das atividades desenvolvidas.
Atrativos	Patrimônios reconhecidos desencadeando ações pró-ativas para a sua conservação.
Marketing	Êxito do projeto por meio de ação estratégica de marketing enfocando a qualidade dos atrativos e atividades atingindo mercados pré-definidos

CAPÍTULO 4 - PROPOSTAS PARA UM PLANO DE ECOTURISMO

4.1 – Zoneamento

Dentro de uma área aonde se pretende atingir diferentes objetivos administrativos e que são considerados adequados e proveitosos ao processo de implantação do Ecoturismo, devem ser, então, estabelecidas zonas que serão trabalhadas de acordo com o contexto onde se inserem e de acordo com os objetivos a elas propostos.

“Em cada zona, as características contextuais devem ser distintas e possuir integridade própria, de modo a corresponder aos diversos fatores de motivação do visitante que os estudos quase invariavelmente revelam” (Driver e Brown citado por Kreg, 1999, p.119). De acordo com as características obtidas com o inventário da Fazenda Preto Velho e com a análise dos mapas referentes à mesma, o zoneamento² deve ser estabelecido da seguinte forma:

A – Zona de Preservação: Área de mata preservada e de uso restrito.

B – Zona Ecológica: Área de mata conservada. Propiciará o uso intensivo, ou seja, permite visitação. Os níveis de impacto devem ser diagnosticados, à medida que houver visitação significativa e indicarão a capacidade de carga adequada para o local.

C – Zona Rural: Área de uso intensivo que abrange os pastos necessários ao gado e as lavouras. Permite visitação.

³ Nas oficinas de Capacitação em Ecoturismo realizadas em outubro de 1994 na Fazenda Intervales, Capão Bonito, em São Paulo, os consultores nacionais e internacionais estabeleceram um zoneamento baseado em:

-Áreas de Uso Restrito (áreas preservadas, com pouca ou nenhuma visitação turística)

-Áreas de Uso Intensivo (áreas com atrativos ecoturísticos, com visitação intensa)

-Áreas de Recepção (onde se dá a chegada dos visitantes)

-Áreas de Serviço (onde se localiza toda a infra-estrutura comercial e de serviços)

-Áreas-tampão (que separam e protegem áreas de uso restrito, com visitação limitada)

-Ligações e corredores (unindo essas áreas e permitindo a chegada dos turistas). (Kreg, 1999, p.119)

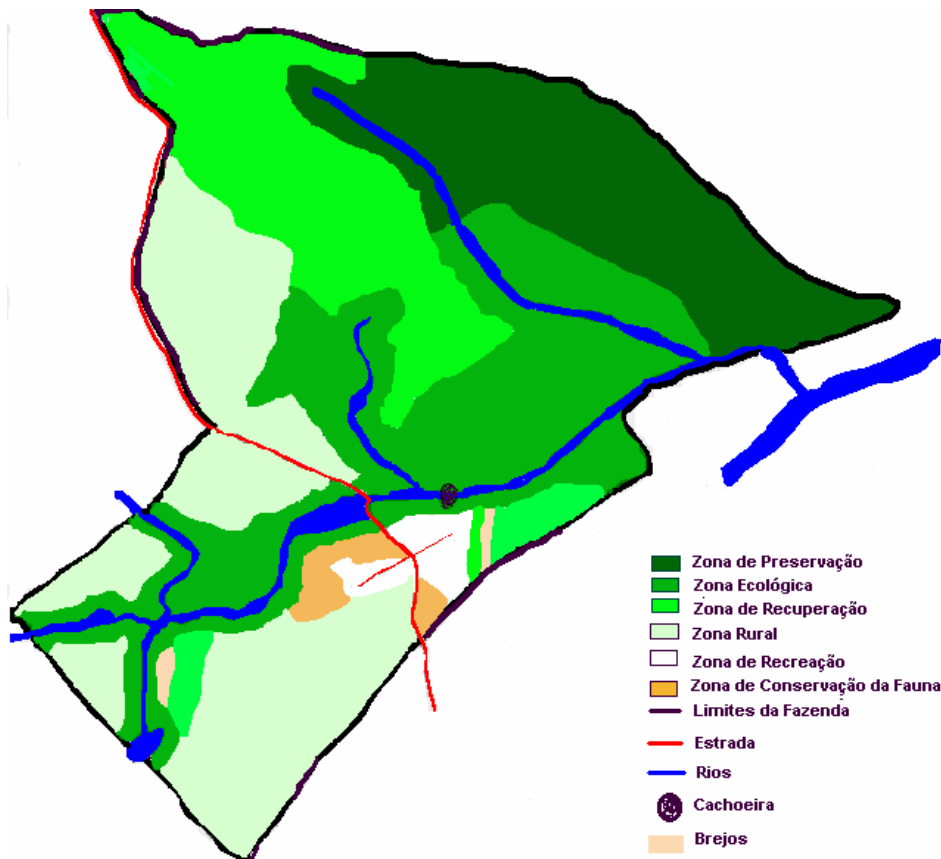
D – Zona Recreativa: Área central da Fazenda, com o setor administrativo, educativo e receptivo. Local próximo ao portão de entrada, onde os visitantes participarão dos objetivos gerais e das qualidades singulares da Fazenda, reduzindo as chances de atividades inadequadas em áreas destinadas ao ecoturismo. Área de recepção onde deverá ter um centro de visitantes.

E – Zona de conservação da Fauna: Área de uso extensivo. Local onde se encontram os cativeiros e criadouros, abertos a visitação e pesquisa. Local de acesso restrito, tendo em vista os níveis de desconforto dos animais, que poderá ser alto, caso a demanda seja acima do que for adequado.

F – Zona de Recuperação: Área delimitada para o reflorestamento. O uso deverá ser extensivo, ou seja, com restrições severas para a visitação, pelo fato de que, neste caso, qualquer interferência poderá acarretar danos significativos ao equilíbrio e desenvolvimento do ecossistema em recuperação.

Figura 4 - Mapa de Proposta de Zoneamento para a Fazenda Preto

Velho



4.2 - Trilhas

São elementos de grande importância em qualquer área protegida ou não e têm papel fundamental para a administração de visitantes. Uma boa trilha pode melhorar a capacidade administrativa e promover o controle do número de visitantes. A escolha do trajeto e o projeto da trilha devem ser feitos adequadamente para evitar impactos significativos ao meio ambiente e custos altos com sua manutenção. Deve-se observar os padrões de largura, dificuldade, direções determinadas e níveis de manutenção de acordo com o perfil e os objetivos da zona por onde a trilha passará. Também se deve considerar os atrativos e qual distância deve existir entre a trilha e eles.

Toda trilha em área natural deve ser interpretativa, ou seja, deve estimular a conscientização do visitante quanto às questões conservacionistas e também deve promover o conhecimento daquela área. O sistema de condução de visitantes é importante pelo fato de que acarreta benefícios e ajuda a evitar grandes impactos. Para obter estas condições, faz-se necessário, ter guias conhecedores das peculiaridades do local e treinados o suficiente para um acompanhamento seguro e produtivo.

De acordo com os princípios do Ecoturismo, a prioridade da seleção de guias deve recair sobre aqueles que participam direta ou indiretamente do processo e por isso deve-se privilegiar os recursos humanos advindos das comunidades envolvidas.

Desta forma o projeto de trilhas deve seguir as seguintes recomendações:

- A seleção do trajeto deve ser indicada por profissionais capacitados que estudarão condições do solo, fauna e flora. Sugere-se, neste caso, a contratação de uma equipe de geólogos, engenheiros florestais e biólogos.
- O estudo da capacidade de carga deve ser feito a partir do estudo das condições do local, níveis pretendidos de conservação e quantidade da demanda de visitação.
- O projeto deverá propor a sinalização, que servirá de orientação, indicação e informação sobre espécies de fauna e flora e atrativos e para educação e conscientização dos visitantes.
- O monitoramento é fundamental para que a curto e à longo prazo, possam ser identificados, níveis de impacto e necessidades de alteração e manejo nas rotas.
- Seleção e treinamento de guias nas comunidades envolvidas.

4.3 – Educação e Treinamento

O engajamento e a conscientização dos trabalhadores envolvidos no desenvolvimento do ecoturismo é questão primordial para a eficiência do projeto. Os anseios pela conservação das áreas naturais e dos atrativos de um modo geral, devem ser compartilhados por todos os atores do processo, funcionários da fazenda, visitantes e comunidade local. A idéia é a de que o bem estar de todos dependerá da conservação dos recursos. A educação possibilita a observação dos

processos naturais, das relações ecológicas da natureza e o entendimento das consequências negativas promovidas pelo homem.

A educação, para o desenvolvimento de Ecoturismo na Fazenda Preto Velho, deve ser aplicada em 3 frentes:

- Treinamento de funcionários e guias.

Por meio de cursos:

Educação ambiental;

Segurança e primeiros socorros;

Fauna e Flora local;

História da Fazenda;

Recursos hídricos;

Relações humanas.

- Educação para os visitantes:

Por meio de explanações, material impresso, vídeos, placas informativas, na condução dos visitantes, encontros e seminários:

Educação ambiental;

Ética do Ecoturista;

A vida dos felídeos;

A vida dos psacídeos;

O Ecossistema Cerrado;

A Água e a importância da sua conservação;

Técnicas de condução de grupos;

Técnicas de mínimo impacto;

Técnicas de interpretação;

Manejo de trilhas.

- Sensibilização da comunidade local:

Por meio de participação dos representantes da comunidade na implantação e desenvolvimento do Ecoturismo na Fazenda Preto Velho. Acompanhamento, por parte

da comunidade, dos roteiros guiados, desfrute dos recursos da área e juntando-se aos convidados. Também por meio de exposições educativas no povoado, informações nas escolas, palestras e cursos:

- Educação ambiental;
- O que é Ecoturismo?;
- O Ecosistema Cerrado;
- A importância do saneamento básico;
- Empreendimentos e investimentos turísticos;
- A Água;
- O Lixo;
- Receptividade turística.

4.4 - Gestão Integrada do Ecoturismo

As contribuições provenientes de grupos engajados nas questões inerentes ao Ecoturismo, sejam elas conservacionistas, científicas, sócio-econômicas ou culturais, são de extrema importância, tendo em vista a possibilidade de redução do orçamento e o apoio na gestão da atividade. As descobertas e atividades científicas devem fazer parte do desenvolvimento do Ecoturismo na Fazenda Preto Velho, pois tais práticas, são, em si, atrações para os visitantes. Deve ser permitido, inclusive, que pequenos grupos de estudantes e ecoturistas acompanhem os trabalhos científicos.

As parcerias com universidades, organizações não governamentais e instituições públicas ou privadas devem ser efetivadas por meio de incentivos à sua participação. O intercâmbio com estes organismos propiciará mão-de-obra, pesquisas, assistência administrativa, treinamento de pessoal e a criação, com possibilidades de financiamento, de projetos específicos.

4.5 – Taxas Turísticas

A cobrança de taxas turísticas justifica-se pelo fato de haver a necessidade de se cobrir os custos de capital e os custos operacionais e de se gerar lucro para financiar o desenvolvimento de ecoturismo.

Para estipular o valor adequado da taxa turística, devem ser observados alguns fatores:

- a demanda turística (perfil de renda, concorrentes);
- a qualidade da atração;
- a qualidade dos serviços;
- os custos capitais;
- os custos operacionais.

Por meio de métodos convenientes é possível chegar a um valor aproximado. No caso da Fazenda Preto Velho o método mais apropriado é o da avaliação de mercado aliado ao método de análise da curva de demanda. O primeiro é básico para a determinação da viabilidade de investimentos no setor privado e consiste na pesquisa de preços cobrados em empreendimentos similares.

A questão é que os dados obtidos nesta pesquisa devem ser modificados levando-se em consideração os fatores da demanda, específicos do local. O segundo método consiste em se medir quanto os turistas estão dispostos a pagar para visitar a atração e também a relação entre preço e número de visitantes, ou seja, qual o público alvo, seu perfil sócio-econômico, sua motivação e interesses.

4.6 – Instalações Ecoturísticas

Toda a infra-estrutura de uma área que se propõe a desenvolver o ecoturismo, deve estar inspirada na natureza a sua volta. A sintonia com o contexto natural evitará contrastes entre o que é natural e o que é construído. O Ecoturismo também é aventura e está pautado nos ideais conservacionistas, por isso estimula a integração com a natureza. Para vislumbrar estes ideais, as

instalações precisam mostrar-se de forma diferente da tradicional. A melhor fonte de inspiração para as instalações ecoturísticas é o próprio local, sua vegetação, as formas geológicas, os rios, a fauna, a paisagem e as construções regionais típicas. Tais critérios devem ser utilizados para toda e qualquer instalação, desde placas, postes de luz, lixeiras, até para portões de entrada, recintos e edificações.

4.7 – Infra-estrutura Básica

4.7.1. – De acesso:

Buscar subsídios junto ao governo do estado para a colocação de placas indicativas ao longo da rodovia BR 070 e da estrada de terra que liga o povoado a cidades vizinhas.

Providenciar a confecção de placas que irão indicar a localização da Fazenda Preto Velho.

As placas deverão seguir os seguintes critérios:

- Uma placa maior deverá ser instalada na BR 070, no KM 34, junto à entrada para a estrada de terra que dá acesso à Fazenda. Abaixo, os itens que deverão constar na placa:
 - Nome da Fazenda.
 - Nome da ONG NEX.
 - Slogan da ONG: “Onça salvando gente”.
 - Referência ao Ecoturismo.
 - Direção da Fazenda.
 - Distância para a Fazenda.
- Cinco placas menores que deverão ser instaladas ao longo da estrada de terra que dá acesso à Fazenda Preto Velho. Abaixo, os itens que deverão constar nas placas:
 - Setas indicando a direção da Fazenda.
 - Nome da Fazenda.
 - Nome da ONG NEX.
 - Distância para a Fazenda.
 - Referência ao Ecoturismo.

Em relação às estradas de terra, existe uma polêmica em torno delas. Para algumas comunidades que habitam locais ecoturísticos, as estradas de terra mantêm o aspecto natural do

lugar, além de serem um delimitador natural para um número elevado de visitantes. Por outro lado, desagradam pelos danos que causam aos veículos e pelo grau de periculosidade. Existem alternativas que podem agradar a ambos, porém, nestes casos, os custos devem ser levados em consideração, pois são bastante significativos. É o caso dos bloquetes, dos paralelepípedos, e de algumas pedras que são adequadas para o nível de carga dos veículos que trafegam pelo local.

A melhor alternativa para se estabelecer como devem ser as estradas, é a pesquisa de opinião. Por meio dela é possível identificar os anseios da comunidade.

4.7.2 – De transportes:

Quanto à construção de um heliporto, a recomendação é negativa, tendo em vista os impactos que serão gerados, principalmente para a fauna nativa e em estado de recuperação e preservação. Apesar de que muitos turistas não abrirem mão de certos confortos propiciados pela moderna tecnologia, este não deve ser o perfil de um ecoturista. O ecoturismo deve ser praticado por pessoas que estejam preocupadas com a conservação das espécies animais, procuram ambientes afastados dos grandes centros urbanos, não compactuam com a poluição e acima de tudo, têm espírito aventureiro.

Neste caso a proposta é para a substituição deste meio de transporte por veículos terrestres, com maior capacidade de carga, que ficarão disponíveis, para na hora marcada, buscarem os visitantes, aonde preferirem. Aproveitando o trajeto, o motorista deverá fazer o percurso, mostrando e falando um pouco sobre Brasília e sobre todas as cidades ao longo do caminho. Fará uma parada para descanso e lanche. Se no veículo houver TV, e o turista preferir, poderão ser transmitidos programas com a história da Fazenda e do Projeto de preservação da fauna felina da ONG NEX. Este serviço poderá ser aproveitado por grupos de executivos nacionais ou internacionais que estejam em Brasília a negócios e que possam se interessar pelo projeto, já que a maior demanda turística de Brasília tem este perfil. Microônibus ou *vans* podem ser utilizados para a efetivação desses serviços.

4.7.3. – Infra-estrutura básica:

- Providenciar, recipientes para a coleta de lixo, ambientalmente adequados, na área receptiva, de recreação e banheiros.
- Providenciar meios de reciclagem.
- Utilizar métodos de reciclar a água para usos não-potáveis e tratar a água contaminada, antes que ela volte ao meio natural.
- Plantar árvores no estacionamento, para promover locais de sombra para os veículos que ficarão estacionados durante longo período e também para deixar o local esteticamente mais adequado.
- As fossas negras são altamente contaminadoras. Os resíduos ficam num buraco em contato direto com o solo. Estes resíduos infectam a água subterrânea, que abastece os córregos, rios e nascentes e os poços artesianos de onde se tira água para beber. A alternativa mais viável e ecologicamente correta é a instalação de fossa séptica. Esta se baseia no processo de depuração, onde as bactérias, que decompõem rapidamente o material orgânico e que encontram um ambiente favorável para a sua proliferação, deixam os micro-organismos, que se alimentam de matéria orgânica, sem alimento. Desta forma, estes micro-organismos morrem. Este processo deve ocorrer num período de 24h, tempo suficiente para que os micro-organismos estejam reduzidos a uma quantidade sanitariamente segura.

4.7.4. – Equipamentos e serviços:

- Instalar no Centro Receptivo, computadores e impressoras, que possam conectar a internet para a utilização dos visitantes.
- Instalar na administração computadores e impressoras, conectados à internet e um aparelho de fax para a utilização dos funcionários.
- No quiosque, deve ser instaladas, uma TV com Vídeo Cassete, para a transmissão de programas que tratem sobre o contexto das atividades desenvolvidas na Fazenda e que propiciem a educação ambiental.

4.8 – Condições naturais

4.8.1 – Vegetação:

Devido à intenção dos proprietários, de reduzir o número de cabeças de gado, abre-se a possibilidade de diminuir a área de pasto para aumentar a área de preservação das áreas naturais.

Como foi prevista, para o zoneamento, uma área de recuperação florestal, que seja uma das áreas de pasto vizinha às áreas de mata preservada.

4.8.2 – Paisagem:

Efetivar a construção dos chalés, dentro dos critérios sugeridos para instalações ecoturísticas, eliminando da paisagem, o visual negativo, da obra paralisada.

4.9 – Recursos culturais

Promover programa de incentivo ao resgate e à preservação da cultura do povoado de Aparecida de Loyola, por meio de financiamentos e subsídios financeiros, administrativos e de mão-de-obra. Também por divulgação dos recursos culturais do povoado a ser feito dentro da Fazenda.

4.10 – Infra-estrutura turística

4.10.1. – Sinalização:

Providenciar placas com o mapa da Fazenda, com a localização dos atrativos, distâncias, regras e campanhas para toda a zona de recreação e receptiva, para as trilhas, e zona de preservação dos animais. Nas trilhas devem existir placas de identificação junto às árvores e plantas que merecem maior destaque. Tal identificação também pode ser feita pelo guia que deverá ser treinado para isso. Junto aos recintos dos animais, fazer constar placas com o nome comum, nome científico, origem e idade dos animais

4.10.2. – Centro Receptivo:

No local que hoje é a moradia dos proprietários da Fazenda, instalar o Centro Receptivo, a loja de *souvenirs*, o escritório administrativo, uma mini biblioteca com livros sobre os diversos temas que envolvem as atividades praticadas na Fazenda. Neste local devem ser expostos mapas e fotos da região.

4.10.3 – Centro de atividades:

O quiosque, deverá ser utilizado para a prática da educação ambiental, *work shops*, ponto de partida para as trilhas e primeiro contato com os guias. É também um local apropriado para descanso, tendo em vista as várias redes instaladas no local.

4.10.4 - Os serviços:

Os serviços, disponibilizados pela Fazenda, estarão incluídos num “pacote”. Ao adquirir a camiseta vendida pela ONG NEX, o visitante terá direito aos seguintes serviços:

- Ingresso na Fazenda Preto Velho.
- Informações turísticas sobre o local e comunidades vizinhas.
- Acompanhamento, observação e pesquisa e desfrute das atividades pecuárias (ordenha das vacas, processo de armazenamento do leite, prova do leite).
- Caminhadas, observação e pesquisa da flora e fauna silvestre, por meio de trilhas e com acompanhamento de guias.
- Banho na cachoeira.
- Observação e pesquisa da fauna preservada e em recuperação (cativeiro das onças e criadouro das aves)
- Educação ambiental por meio de vídeos, explanações e livros.
- Cavalgadas, acompanhadas por guias.
- Utilização de computadores para acesso ao *site* da ONG NEX e do Criadouro Apoena.
- Utilização das dependências públicas da Fazenda.

4.11 – Marketing

O *marketing* ecológico deve ser diferente do marketing tradicional, tendo em vista que o primeiro envolve produtos e serviços com resultados ecológicos. O marketing ecológico questiona o papel da estimulação dos visitantes, ou seja, se o produto ou serviço oferecido for nocivo ao meio ambiente, a estimulação pela compra destes produtos, será totalmente desencorajada.

O ecoturismo se baseia na visitação e apreciação dos recursos naturais de um local, por isso um agente de *marketing* deve levar em consideração esses atributos, incluindo aí, os aspectos geográficos e geológicos, fauna e flora, hidrografia, as peculiaridades da natureza, e também as atividades praticadas no local.

Com base nestes critérios, sugere-se a criação de um Plano de *Marketing* para a Fazenda Preto Velho, que efetive as seguintes ações:

- Identificar demanda.
- Analisar concorrentes.
- Estabelecer a imagem e o diferencial do projeto.
- Realização de campanhas.
- Divulgação dos recursos turísticos e dos serviços disponíveis.
- Produtos (*souvenirs*, material impresso, CD Rom, vídeos)
- Promover a veiculação do projeto na mídia televisiva e jornalística.
- Buscar parcerias e patrocínios para a confecção de folders, revistas, mapas, placas, recipientes de lixo e material de mídia.
- Criar programas para arrecadação de recursos beneficentes para o desenvolvimento das atividades realizadas na Fazenda. Exemplo: “Adote uma Onça”, “Seja um Voluntário” ou “Amigos da Fazenda Preto Velho”.
- Promover eventos (seminários, festas, *work shops* e eventos culturais).

4.12 – Monitoramento

O monitoramento e a avaliação são parte de um processo e com eles é possível fazer adaptações e mudanças à medida que o projeto se desenvolve. Durante todo o processo de implantação do ecoturismo e de reestruturação da Fazenda Preto Velho, faz-se necessário o acompanhamento das ações a fim de que se possam diagnosticar irregularidades, avaliar se os objetivos estão sendo alcançados e adequar o projeto às novas necessidades que surgirão durante o processo. Por meio do monitoramento, poderão ser medidos os níveis de impacto ambiental e conseqüentemente poderá ser apontada a capacidade de carga do local. Também poderão ser identificados impactos sociais e econômicos, medidos os níveis de comprometimento da comunidade de Aparecida de Loyola e os níveis de satisfação e insatisfação dos turistas. Esta prática apontará prioridades na reestruturação do projeto e dará subsídios para projetos posteriores.

Este acompanhamento deve ser feito por meio de pesquisas, entrevistas, encontros e observação. O contato dos turistas com os guias e funcionários da Fazenda também é um recurso eficaz na constatação de deficiências e na obtenção de sugestões.

O monitoramento deverá trazer como resultado alguns indicadores, tais como:

- incremento da renda com o desenvolvimento do ecoturismo para os investimentos, para os funcionários e para o povoado;
- porcentagem de aumento nos recursos para a manutenção e compra de cativeiros;
- aumento do número de espécies protegidas;
- aumento da área vegetal conservada;
- conservação das trilhas e cachoeira;
- índice de satisfação dos visitantes;
- comparativos do número de visitantes com o passar do tempo;
- número de trabalhadores locais empregados;

Sendo assim, a elaboração de um plano de monitoramento vem completar o grupo de ações propostas, fechando uma lista de práticas que só trarão resultados se trabalhadas de maneira integrada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos o ecoturismo apresenta grande potencial, por ser um instrumento de conservação e gerador do desenvolvimento sustentável. Porém nem sempre esta relação se torna eficiente, principalmente quando se considera prioritário o lucro imediato. É importante se distinguir o ecoturismo do turismo de massa. Este último está pautado nas satisfações pessoais e individuais, dá ênfase a realidade, às descobertas e ao entendimento do que existe. Seus agentes preocupam-se com a ordem social e visam lucros altos e rápidos. O ecoturismo ao contrário, estimula a preocupação com as questões humanitárias e com a conservação dos bens naturais e culturais, pensando nos benefícios para a humanidade e não para um indivíduo. Sua ênfase está nas possibilidades que podem proporcionar uma visão do que poderia existir. Seu planejamento econômico, tem uma visão de futuro, onde as aplicações irão trazer benefícios às sociedades e ao meio ambiente.

Desta forma o ecoturismo é uma das soluções viáveis para o desenvolvimento sustentável de populações carentes e também é um meio eficaz para a conservação do meio ambiente, porém como acontece com qualquer atividade que se deseja estabelecer, pode sofrer dificuldades relevantes. A qualquer momento, seja no planejamento, na implantação ou na prática, podem estar acontecendo outras atividades no âmbito público regional, nacional ou até mesmo internacional, que afetem ou inibam o desenvolvimento do ecoturismo. É importante que exista uma integração com as diversas ações dos diferentes planos, sem que isto acarrete uma falta de estímulo para a iniciativa.

O estado de São Paulo desenvolveu uma política para o desenvolvimento sustentado do ecoturismo, e criou diretrizes para a sua implantação. Uma das preocupações foi a de apontar os riscos que o ecoturismo pode apresentar. Com o conhecimento deles, o planejamento ganha subsídios preciosos:

- # o consumo desenfreado dos recursos naturais;
- # as construções e infra-estrutura que podem desgastar o solo e as paisagens;
- # o aumento da produção de lixo;
- # introdução de espécies exóticas afetando o equilíbrio dos ecossistemas;

- # consumo de *souvenirs* produzidos a partir de elementos naturais escassos;
- # perda de valores tradicionais em consequência da homogeneização das culturas;
- # aumento do custo de vida, supervalorização dos bens imobiliários com consequente perda de propriedade de terras, habitações e meios de produção por parte das populações locais;
- # geração de fluxos migratórios para áreas de concentração turística;
- # adensamentos urbanos não planejados e favelização;
- # pisoteamento, compactação, erosão e abertura de atalhos nas trilhas;
- # depredação da infra-estrutura e dos atrativos e elementos naturais;
- # stress e desaparecimento da fauna em razão da presença humana (provocados pelo barulho, cheiro e cores estranhos ao meio ambiente);
- # aumento de riscos de incêndio.

A consciência dos gestores é fator primordial para o sucesso da implantação do ecoturismo, por mais atraente que sejam os produtos a serem explorados, não se deve abrir mão do planejamento. As ações e estratégias do empreendedor devem ser atitudes que promovam um crescimento equilibrado da visitação. Desta forma se estabelece a garantia da qualidade ambiental, dos atrativos e da receita. As práticas de avaliar, planejar e monitorar constantemente são recursos valiosos para a obtenção dessas garantias e por isso devem ser empregados definitivamente.

ANEXOS

ANEXO A – DECLARAÇÃO DE QUEBEC

Declaração de Ecoturismo de Quebec

(Documento revisto e aprovado pelo Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas e pela Organização Mundial do Turismo em 10/06/2002)

* Documento traduzido pelo Programa de Turismo e Meio Ambiente do WWF-Brasil

Como parte do Ano Internacional do Ecoturismo, declarado pelas Nações Unidas, e sob a égide do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas e da Organização Mundial do Turismo (WTO), mais de mil integrantes dos setores público e privado e de organizações não-governamentais provenientes de mais de 132 países participaram da Cúpula de Especialistas em Ecoturismo em Quebec, no Canadá. O evento aconteceu de 19 a 22 de maio de 2002 e teve como organizadores a Tourisme Québec e a Comissão Canadense de Turismo.

A série de 18 reuniões preparatórias realizadas em 2001 e 2002, que culminou com este encontro em Quebec, teve a participação de 3 mil representantes de governos nacionais e locais (incluindo técnicos de turismo e de meio ambiente), de agências de turismo, de organizações não-governamentais, de empresas de consultoria, de universidades e de comunidades locais e indígenas.

Este documento considera o processo preparatório, assim como as discussões realizadas durante a Cúpula. Embora seja o resultado de uma discussão de múltiplas partes interessadas, este não é um relatório oficial. A sua principal utilidade é registrar uma agenda preliminar e estabelecer uma série de recomendações para o crescimento das atividades de ecoturismo implementadas sob o contexto do desenvolvimento sustentável.

Durante o encontro, definiu-se a Conferência de Desenvolvimento Sustentável Rio+10, que acontece em Johannesburgo, África do Sul, em agosto/setembro, como o espaço de discussão e de estabelecimento de políticas internacionais para o setor para os próximos 10 anos. Enfatizou-se que o turismo deve ser mundialmente visto como prioridade por sua potencial contribuição para a erradicação da pobreza e conservação dos ecossistemas ameaçados. Assim, os integrantes da Cúpula solicitam que as Nações Unidas, suas organizações e os representantes dos governos que estiveram em Quebec disseminem esta Declaração e os demais resultados deste evento durante a Rio+10.

Os participantes, cientes da limitação deste processo consultivo para incorporar sugestões e contribuições de uma grande variedade de interessados, particularmente de organizações não-governamentais e de comunidades indígenas e locais,

- reconhecem que o ecoturismo compreende em si os princípios do turismo sustentável considerando seus impactos econômico, social e ambiental. Ele também traz consigo os seguintes pontos:
 - contribui para a conservação das heranças naturais e culturais
 - em seu planejamento, desenvolvimento e operações, inclui as comunidades locais e indígenas e contribui para seu bem-estar
 - interpreta as heranças naturais e culturais para seus visitantes
 - funciona de forma ideal para indivíduos e pequenos grupos organizados
- reconhecem que o turismo tem significantes e complexas implicações sociais, econômicas e ambientais que podem trazer benefícios e custos para o meio ambiente e para as comunidades,
- levam em consideração o crescente interesse das pessoas em visitar áreas naturais,
- reconhecem que o ecoturismo tem tido papel primordial na introdução de práticas sustentáveis ao setor do turismo,
- enfatizam que o ecoturismo deve contribuir para que a indústria do turismo seja mais sustentável elevando os benefícios econômicos para as comunidades anfitriãs, contribuindo ativamente para a conservação dos recursos naturais e integridade cultural das comunidades e conscientizando os turistas a respeito da importância das heranças naturais e humanas,
- reconhecem a diversidade cultural associada às áreas naturais, especialmente por causa da presença histórica das comunidades locais responsável pela manutenção dos conhecimentos tradicionais, usos e práticas sustentáveis trazidas ao longo dos séculos,
- reiteram que os fundos mundiais para a conservação e manutenção de áreas ricas culturalmente e em biodiversidade têm sido inadequados,
- reconhecem que o turismo sustentável pode ser uma importante fonte de receita para as áreas protegidas,
- enfatizam que muitas destas áreas são habitadas por populações rurais pobres que, com frequência, carecem de sistemas de saúde, educação, comunicação e de outras infra-estruturas necessárias para um desenvolvimento adequado,
- afirmam que diferentes formas de turismo, especialmente o ecoturismo, são

valiosas oportunidades econômicas para as populações locais e, se realizadas de forma sustentável, podem contribuir de forma intensa para a conservação,

- reforçam que, quando mal planejada e desenvolvida, a atividade do turismo em áreas naturais e rurais contribui para o aumento da pobreza, deterioração das paisagens, erosão das culturas tradicionais, redução da qualidade e quantidade de água e constitui uma ameaça para a vida selvagem e biodiversidade,

- lembram que o ecoturismo deve reconhecer e respeitar os direitos à terra dos indígenas e das comunidades locais, incluindo suas áreas protegidas e sagradas,

- afirmam que, para a obtenção de reais benefícios sociais, econômicos e ambientais e para a prevenção de impactos negativos, é necessário que o ecoturismo e demais atividades turísticas tenham mecanismos participativos de planejamento permitindo que as populações locais e indígenas definam o uso de suas áreas e optem, se julgarem necessário, pela não adoção da prática,

- reconhecem a necessidade de se combater preconceitos de raça, sexo ou outras circunstâncias pessoais entre as pessoas com respeito ao seu envolvimento com o turismo como consumidoras ou fornecedoras/prestadoras de serviços,

- atribuem aos visitantes a responsabilidade de promover a sustentabilidade do destino e do meio ambiente em geral por meio da sua escolha de seus passeios e atividades e por meio de seus comportamentos,

Com base nestas informações, os participantes da Cúpula de Quebec produziram uma série de recomendações para governos, setor privado, organizações não-governamentais, associações de base comunitária, instituições de ensino e pesquisa, agências financiadoras e de auxílio ao desenvolvimento e comunidades indígenas e locais, presentes abaixo.

A. Aos governos nacionais, regionais e locais

1. formular políticas e estratégias de desenvolvimento nacional, regional e local que sejam compatíveis com os objetivos do desenvolvimento sustentável. É importante que isto seja conduzido por meio de um amplo processo de consulta àqueles que se envolverão ou que serão afetados pelas atividades de ecoturismo. Se possível, deve-se ampliar os princípios do ecoturismo às demais atividades do setor de turismo;

2. em conjunto com as comunidades locais, setor privado, ONGs e todas as partes interessadas, garantir a proteção da natureza, das culturas locais e especialmente do conhecimento tradicional, dos recursos genéticos, direito à terra e à água;

3. garantir o envolvimento e a participação apropriada de cada instituição

pública em nível local, regional e nacional, incluindo o estabelecimento de grupos de trabalho inter-ministeriais, quando necessário. Além disso, são necessários orçamentos adequados e legislações apropriadas que permitam a implementação dos objetivos e metas estabelecidos pelas partes interessadas;

4. incluir, em níveis nacional, local e regional, em seu plano de ação mecanismos regulatórios e de monitoramento, além de indicadores de sustentabilidade aceitos pelas partes interessadas e estudos de impacto ambiental para prevenir ou minimizar a ocorrência de impactos negativos nas comunidades ou no meio ambiente. Os resultados dos monitoramentos devem estar à disposição do público, já que estas informações permitirão que os turistas escolham operadores que adotam princípios do ecoturismo;

5. desenvolver mecanismos de avaliação dos custos ambientais em todos os aspectos do produto de turismo, incluindo o transporte internacional;

6. desenvolver a capacidade de implementação de mecanismos de gestão do crescimento, como zoneamento, e de uso participatório do solo tanto em áreas protegidas como em seus entornos e em outras zonas de desenvolvimento do ecoturismo;

7. utilizar manuais de utilidade e eficiência consagradas para servir de base para processos de certificação, adoção de selos verdes e outras iniciativas voluntárias promovidas em nome da sustentabilidade do ecoturismo. É necessário encorajar os operadores a se unir a tais iniciativas e promover o seu reconhecimento por parte dos consumidores. Os sistemas de certificação da atividade, no entanto, devem sempre seguir critérios regionais, promover capacitações e fornecer apoio financeiro de forma a se tornar acessíveis também aos pequenos e médios operadores. Uma série de critérios e métodos é necessária para que estes esquemas atinjam seu objetivo;

8. garantir o acesso ao desenvolvimento dos recursos técnicos, financeiros e humanos para micro, pequenas e médias operadoras, que são a base do ecoturismo, de forma a lhes garantir o estabelecimento, crescimento e desenvolvimento de uma maneira sustentável;

9. definir políticas apropriadas, planos de manejo e programas interpretativos para visitantes. Estabelecer mecanismos de identificação de fundos adequados para a gestão de áreas protegidas com acelerado crescimento de visitantes e proteção de ecossistemas vulneráveis. Estes planos devem incluir normas claras, estratégias de manejo direto e indireto e regras para uso de recursos de forma a garantir o monitoramento dos impactos sociais e ambientais para todos os empreendimentos de ecoturismo na área;

10. incluir as micro, pequenas e médias operadoras de ecoturismo, assim como aquelas de base comunitária, na estratégia promocional e programas desenvolvidos pelas empresas nacionais de turismo, tanto no mercado nacional como

internacional;

11. desenvolver redes regionais para a promoção e marketing de produtos de ecoturismo em nível nacional e internacional;
12. criar incentivos para que os operadores de turismo tornem suas atividades mais ambiental, social e culturalmente responsáveis;
13. garantir que alguns princípios ambientais e sanitários básicos sejam definidos e adotados para todos os empreendimentos de ecoturismo, mesmo para aqueles conduzidos em parques nacionais e áreas rurais. Isto deve incluir aspectos como a escolha de locais, planejamento, tratamento de lixo, proteção de córregos e riachos, entre outras coisas. Deve-se garantir ainda que as estratégias de desenvolvimento do ecoturismo sejam conduzidas sob uma forma que preveja investimentos em infra-estrutura sustentável e em capacitação das comunidades para que elas monitorem estes aspectos;
14. investir ou dar apoio a instituições que investem em programas de pesquisa em ecoturismo e turismo sustentável. Instituir estudos e pesquisas que levantem dados sobre fauna e flora, com atenção especial para espécies ameaçadas, como parte de um programa de levantamento de impactos para as atividades de ecoturismo;
15. apoiar o desenvolvimento de princípios internacionais, manuais e códigos de ética para o turismo sustentável fortalecendo as políticas nacionais e internacionais que utilizam o conceito de desenvolvimento sustentável na atividade;
16. considerar como uma opção o remanejamento de áreas públicas de produção intensiva para a atividade do turismo combinada à conservação, quando esta mudança puder trazer benefícios sociais, econômicos e ambientais para as comunidades em questão;
17. promover e desenvolver programas educacionais para crianças e adolescentes para aumentar a consciência a respeito da importância da conservação da natureza e do uso sustentável, das culturas locais e indígenas e da sua relação com o ecoturismo;
18. promover a colaboração entre operadores de turismo, demais prestadores de serviços e ONGs para permitir a educação de turistas e influenciar seu comportamento nos destinos, especialmente em países em desenvolvimento;
19. incorporar os princípios de transporte sustentável no planejamento e implementação do turismo e promover locomoções de baixo impacto sempre que possível.

B. Ao Setor Privado

20. planejar, desenvolver e conduzir seus empreendimentos minimizando impactos e contribuindo para a conservação de ecossistemas sensíveis, do meio ambiente em geral e levando benefícios às comunidades indígenas e locais;
21. ter em mente que, para ser sustentável, um empreendimento de ecoturismo precisa ser rentável às partes envolvidas, incluindo proprietários, investidores, gerentes e empregados, assim como às comunidades e às organizações de conservação presentes na área onde a atividade é desenvolvida;
22. garantir que a utilização de materiais, planejamento e operações incorporem os princípios da sustentabilidade, como conservação da água, energia e materiais;
23. adotar formas confiáveis de regulação voluntária, como selos verdes, de forma a demonstrar aos seus potenciais clientes o seu real compromisso com os princípios da sustentabilidade;
24. cooperar com organizações governamentais e não-governamentais que trabalham com conservação de áreas protegidas e de biodiversidade assegurando que suas práticas de ecoturismo sejam realizadas de acordo com planos de gestão e outras regulações para estas regiões. Desta forma, fica evidente que se preocupam em minimizar quaisquer impactos negativos garantindo a qualidade das experiências de turismo e contribuindo financeiramente para a conservação dos recursos naturais;
25. aumentar o uso de materiais, produtos, logística e recursos humanos locais em suas operações de forma a manter a autenticidade da atividade de ecoturismo e ampliar os benefícios financeiros ao destino. Para que isso seja possível, é necessário também que se invista no treinamento e na capacitação da mão-de-obra local;
26. trabalhar ativamente com lideranças indígenas para garantir que suas comunidades e culturas sejam tratadas com respeito e que seu quadro de funcionários e clientes seja bem informado a respeito das áreas indígenas, de seus costumes e história;
27. garantir que a cadeia de produtos e serviços que compõem a operação de ecoturismo seja sustentável e compatível com o nível de sustentabilidade exigido ou esperado pelo consumidor;
28. trabalhar ativamente com lideranças indígenas e com comunidades locais para garantir que elas sejam tratadas com respeito e que os turistas tenham informações a respeito delas;
29. promover entre seus clientes, os turistas, uma forma consciente de comportamento dando-lhes a oportunidade de participar de experiências de

educação ambiental e de conviver com pessoas de outras culturas. Além disso, contribuições voluntárias às comunidades locais e às atividades de conservação realizadas na região devem ser encorajadas;

30. gerar um nível de consciência entre funcionários por meio de aulas de educação ambiental e dar suporte ao trabalho que eles e suas famílias realizam em nome da conservação, de desenvolvimento econômico da comunidade e na redução da pobreza;

31. diversificar suas ofertas desenvolvendo um leque de atividades turísticas e estendendo suas visitas a locais diversos de forma a disseminar o potencial de ecoturismo destas regiões e evitar que um determinado local seja superexplorado e sua sustentabilidade colocada em perigo. Para tanto, as operadoras devem respeitar e contribuir para o estabelecimento de limites de visitas de cada local;

32. criar e desenvolver mecanismos de arrecadação de fundos para a manutenção de associações e cooperativas que podem fornecer treinamento e divulgação e desenvolver produtos e pesquisas;

33. formular e implementar políticas para sustentabilidade com uma visão para aplicá-las em cada parte da operação do turismo.

C. Às organizações não-governamentais, associações de base comunitária e instituições de ensino e pesquisa

34. fornecer apoio técnico, financeiro, educacional, capacitação e demais suportes aos destinos de ecoturismo, às suas organizações comunitárias, pequenos negócios e autoridades locais de forma a garantir a aplicação de políticas apropriadas, o desenvolvimento de planos de gestão e os mecanismos de monitoramento compatíveis com a sustentabilidade;

35. monitorar e conduzir estudos do impacto das atividades de ecoturismo nos ecossistemas, na biodiversidade e nas culturas indígenas locais;

36. cooperar com as organizações públicas e privadas garantindo que os dados e informações gerados com os estudos sejam utilizados na tomada de decisões durante o processo de desenvolvimento e gestão do ecoturismo;

37. cooperar com as instituições de pesquisa de forma a se encontrar as soluções mais práticas e adequadas para as questões relacionadas ao desenvolvimento do ecoturismo.

D. Às instituições internacionais de financiamento e agências de assistência ao desenvolvimento

38. planejar e acompanhar a implementação de políticas nacionais e locais de

desenvolvimento do ecoturismo e a avaliação de sua relação com a conservação, desenvolvimento socioeconômico, direitos humanos, redução da pobreza e outras questões ligadas ao desenvolvimento sustentável, além de intensificar a transferência destes conhecimentos para outros países. Uma atenção especial deve ser dada aos países em desenvolvimento e às ilhas e aos países montanhosos, já que 2002 foi estabelecido como o “Ano Internacional das Montanhas” pelas Nações Unidas;

39. promover capacitações em organizações locais, regionais e nacionais para a formulação e aplicação de políticas e planos de ecoturismo baseados em padrões internacionais consagrados;
40. desenvolver padrões mundiais e mecanismos para sistemas de certificação do ecoturismo que considerem empreendimentos de pequeno e médio portes e a eles facilite o seu acesso;
41. incorporar o diálogo entre as diversas partes interessadas nas políticas, manuais e projetos em níveis global, regional e nacional para a troca de experiências entre os países e setores envolvidos no ecoturismo;
42. fortalecer seus esforços em identificar os fatores que determinam o sucesso e fracasso das atividades de ecoturismo ao redor do mundo de forma a transferir estas experiências e melhores práticas para outras nações por meio de publicações, missões de campo, seminários e projetos de assistência técnica. O Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (UNEP) e a Organização Mundial do Turismo (WTO) devem continuar este diálogo promovendo, por exemplo, avaliações periódicas do ecoturismo em encontros internacionais e regionais;
43. adaptar, sempre que necessário, suas formas de financiamento e empréstimo às micro, pequenas e médias operadoras de ecoturismo, que são a base da atividade, de forma a garantir sua sustentabilidade econômica a longo prazo;
44. desenvolver a capacidade dos recursos humanos internos para lidar com o turismo sustentável e com o ecoturismo como uma atividade de desenvolvimento em si só e garantir que o conhecimento interno, a pesquisa e a documentação permitam que o ecoturismo seja visto como uma ferramenta de desenvolvimento sustentável;
45. desenvolver mecanismos financeiros para o treinamento e capacitação das comunidades indígenas e locais, permitindo que elas participem do desenvolvimento do ecoturismo.

E. Às comunidades locais e indígenas

Além das referências às comunidades locais e indígenas feitas nos parágrafos anteriores desta Declaração (principalmente nos parágrafos 5, 8, 9 e 10 da página 2; parágrafo 1 da página 3; A 2 e 17; B 21 e 27; C 35; D 45) os

participantes fizeram estas recomendações a estes grupos:

46. Como parte de uma visão de desenvolvimento para a comunidade, definir e implementar estratégias para um aumento de benefícios para a localidade, incluindo o acesso à informação, o desenvolvimento humano, físico, financeiro e social, que venham com o crescimento da prática do ecoturismo;

47. fortalecer, estimular e encorajar a habilidade da comunidade em manter e utilizar conhecimentos tradicionais que sejam relevantes para a atividade do ecoturismo, como o artesanato, a agricultura, o folclore, a culinária e demais atividades que utilizam os recursos locais de forma sustentável.

F. À Conferência de Desenvolvimento Sustentável Rio+10

48. reconhecer a necessidade de se aplicar os princípios de desenvolvimento sustentável ao turismo e o importante papel do ecoturismo na geração de benefícios econômicos, sociais e ambientais;

49. integrar o turismo, incluindo o ecoturismo, nos resultados do evento.

Quebec, 22 de maio de 2002.

ANEXO B – PORTARIA Nº 118-N DE 15 DE OUTUBRO DE 1997, DO
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS
RENOVÁVEIS - IBAMA

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS
NATURAIS

RENOVÁVEIS - IBAMA, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, tendo em vista o disposto no Art. 6º, letra "b", da Lei nº 5.197, de 03 de janeiro de 1967; Lei nº 6938/81 e o que consta no Processo IBAMA nº 02001.002877/96-94 RESOLVE:

Art. 1º - Normalizar o funcionamento de criadouros de animais da fauna silvestre brasileira com fins econômicos e industriais.

Art. 2º - Para os efeitos desta Portaria, considera-se criadouro a área dotada de instalações capazes de possibilitar o manejo, a reprodução, a criação ou recria de animais pertencentes a fauna silvestre brasileira.

Art. 3º - Considera-se fauna silvestre brasileira todos aqueles animais pertencentes às espécies nativas, migratórias e quaisquer outras, aquáticas ou terrestres, reproduzidos ou não em cativeiro, que tenham seu ciclo biológico ou parte dele ocorrendo naturalmente dentro dos limites do Território Brasileiro e suas águas jurisdicionais.

Art. 4º - Excetuam-se, para efeito desta Portaria, os peixes, invertebrados aquáticos, jacaré-do-pantanal - *Caiman crocodilus yacare*, tartaruga-da-amazônia - *Podocnemys expansa*, tracajá - *Podocnemys unifilis*, insetos da Ordem *Lepdoptera* e outras espécies da fauna silvestre brasileira que venham a ser tratadas em portarias específicas.

Art. 5º - Os criadouros com fins econômicos e industriais serão enquadrados nas seguintes categorias:

- a) Criadouro de Espécimes da Fauna Silvestre Brasileira e Exótica para fins Comerciais - Pessoa Jurídica; e
- b) Criadouro de Espécimes da Fauna Silvestre Brasileira e Exótica para fins Comerciais - Pessoa Física.

Art. 6º - O interessado em implantar criadouro com fins econômicos e industriais de animais da fauna silvestre brasileira deverá protocolar carta-consulta na Superintendência do IBAMA onde pretende instalar o empreendimento, conforme modelo constante no Anexo I da presente Portaria, com as seguintes informações/documentos:

- a) preenchimento e assinatura do formulário padrão do IBAMA de Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais;
- b) cópia dos documentos de identificação da pessoa física (Identidade e CPF) e da pessoa jurídica, no caso de empresa (Cadastro Geral do Contribuinte-CGC, Contrato Social atualizado, CPF e Identidade do dirigente);
- c) localização do empreendimento e forma de acesso, com croqui da localização do criadouro na propriedade;
- d) objetivo da criação e sistema de manejo; e
- f) estimativa da quantidade inicial de matrizes e reprodutores, com nome popular e científico da(s) espécie(s) e sua procedência. (Leia-se item e, conforme Aviso de Retificação, anexo)

Art. 7º - Aprovada a carta-consulta pela Superintendência, o interessado deverá protocolar projeto complementar, no prazo de 90 (noventa) dias, contendo:

- a) descrição técnica do manejo a ser aplicado aos animais nas diversas fases da criação;
- b) sistema de marcação individual a ser adotado;
- c) características do criadouro: área disponível, planta baixa ou croqui das instalações/recintos destinados ao manejo dos animais, com tamanho e denominação, espécie e quantidade de animais por instalação e área, abrigos naturais e artificiais, aspectos sanitários dos animais e das instalações e descrição dos aspectos qualitativos e quantitativos do manejo alimentar (alimentação e água);
- d) apresentação de cronograma de produção;
- e) estudo prévio de mercado dentro dos objetivos do manejo com vistas a comercialização (existência de abatedouros e pontos de venda de animais vivos, abatidos, partes, produtos e subprodutos, preços esperados e demanda de produtos);
- f) formas de comercialização de acordo com portaria específica; e
- g) apresentação do Documento de Recolhimento de Receitas - DR do IBAMA.

Parágrafo Único - A não apresentação do projeto definitivo no prazo estipulado no 2º caput deste Artigo implicará no arquivamento do processo contendo a carta-consulta.

Art. 8º - O projeto técnico deverá ser elaborado e assinado por responsável técnico devidamente habilitado pelo respectivo Conselho de Classe.

§1º A responsabilidade técnica pelo projeto e execução do empreendimento poderá

ser assumida por órgão estadual ou municipal de extensão rural, de acordo com o caput deste Artigo.

§2º A responsabilidade técnica do empreendimento compreenderá todas as fases da implantação e criação, cabendo ao responsável técnico a apresentação de termo de responsabilidade técnica pelo empreendimento.

§ 3º - O proprietário do criadouro deverá comunicar ao IBAMA qualquer alteração na responsabilidade técnica, num prazo não superior a 30 (trinta) dias.

Art. 9º - Constatado o enquadramento do projeto nos padrões desta Portaria, o interessado será comunicado oficialmente pela Superintendência do IBAMA.

§ 1º - Após a conclusão de pelo menos 50% (cinquenta por cento) das obras ou instalações previstas no projeto, o interessado deverá comunicá-la à Superintendência do IBAMA, visando a realização de vistoria.

§ 2º - Estando as obras e instalações de acordo com o projeto apresentado, o mesmo será homologado pela Diretoria de Ecossistemas - DIREC ou pela Superintendência com delegação de competência e o registro será concedido ao criadouro, mediante expedição de certificado de registro pela Diretoria de Controle e Fiscalização - DIRCOF ou pela Superintendência com delegação de competência.

Art. 10º - O criadouro implantado em propriedade que possua Reserva Legal averbada em Cartório ou área declarada como Reserva Particular do Patrimônio Natural -RPPN , devidamente comprovada, será isentado da apresentação do Documento de Recolhimento de Receitas - DR para registro inicial e do recolhimento da taxa de renovação de registro anual.

Art. 11 - Para a formação de plantel inicial, o criadouro poderá utilizar matrizes e reprodutores de animais da fauna silvestre brasileira provenientes de estabelecimentos registrados ou cadastrados junto ao IBAMA e de ações de fiscalização e na ausência destes, poderá solicitar a captura na natureza, mediante requerimento que informe o nome do responsável pela captura e pelo transporte, local de captura, quantidade de animais a serem capturados, método de captura, meio de transporte e apresentação de censo populacional estimativo.

§ 1º - A captura na natureza será permitida preferencialmente em locais onde as espécies estejam causando danos à agricultura, pecuária ou saúde pública, comprovado por meio de laudo técnico de órgão de extensão rural ou por órgão de pesquisa ou pesquisador, ratificado pelo IBAMA.

§ 2º - A captura será autorizada através de Licença expedida pela Superintendência do IBAMA onde se localiza o criadouro, ouvidas as demais Superintendências envolvidas.

§ 3º - Não será permitida a captura na natureza de animais constantes na Lista Oficial de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção.

§ 4º- As matrizes e reprodutores originários de captura na natureza, que formaram o plantel inicial e forem considerados improdutivos, poderão ser comercializados abatidos, mediante autorização expressa do IBAMA.

§ 5º- Não será permitida a venda de matrizes e reprodutores citados no parágrafo anterior para formação de plantel de novos criadouros ou para servirem como animais de estimação, devendo permanecer sob os cuidados do criadouro até o óbito.

§ 6º - A necessidade de captura de animais na natureza visando o melhoramento genético do plantel deverá atender o disposto no caput deste Artigo.

Art. 12 - É facultado ao IBAMA, sempre que necessário, exigir do criadouro a

colocação do quantitativo de espécimes que foram capturados, ou parte dele, a disposição, para atender programas de reintrodução ou para a implantação de novos criadouros que tenham importância e caráter social, comunitário ou demonstrativo.

Art. 13 - O criadouro deverá remeter anualmente à Superintendência do IBAMA, declaração dos animais vivos mantidos em cativeiro e de animais abatidos, partes e produtos constantes em seu estoque, conforme modelo constante no Anexo II, bem como informar a quantidade de selos/lacres de segurança fornecidos pelo IBAMA.

Parágrafo Único - O criadouro deverá manter em seu poder, as cópias ou segundas vias das Notas Fiscais dos animais vivos, abatidos, partes e produtos que foram comercializados, num prazo de 5 (cinco) anos, de conformidade com portaria de comercialização específica.

Art. 14 - No caso de constatação de deficiência operacional do criadouro, através da análise de relatórios, declaração de estoque, denúncias e vistorias, o IBAMA exigirá 3 a reformulação do projeto em prazo que não excederá a 6 (seis) meses, sob pena de cancelamento do registro.

Art. 15 - O IBAMA poderá exigir a qualquer momento, a comprovação do domínio da área do criadouro.

Art. 16 - O proprietário do criadouro que não cumprir as determinações previstas nesta Portaria, será notificado e terá um prazo de 30 (trinta) dias para regularizar a situação.

§ 1º - Findo este prazo, será realizada vistoria no criadouro e constatada a continuidade das irregularidades, será lavrado o Termo de Apreensão e Depósito dos animais e assinado Termo de Compromisso, conforme Anexo III da presente Portaria.

§ 2º - Esgotado o prazo definido no Termo de Compromisso, dar-se-á início ao processo de cancelamento do registro e aplicadas as sanções civis e penais

Art. 17 - No caso de encerramento das atividades, os animais vivos, se acaso existirem, deverão ser transferidos para outros criadouros indicados pelo IBAMA e a transferência deverá ser custeada pelo proprietário do criadouro encerrado ou pelo destinatário.

Art. 18 - Ficam expressamente proibidos quaisquer atos ou procedimentos de soltura aleatória dos animais, colocando em risco outras espécies ou ecossistemas.

Art. 19 - O criadouro que intencione comercializar no mercado externo, animais e produtos constantes no Anexo I da Convenção Internacional Sobre o Comércio de Fauna e Flora Ameaçados de Extinção - CITES, deverá regularizar-se junto ao Secretariado, atendendo as suas normas e exigências.

Art. 20 - O criadouro comercial de animais da fauna silvestre brasileira que possua autorização para manter em seu plantel espécies constantes da Lista Oficial de Animais Ameaçados de Extinção ou pertencentes ao Anexo I da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécimes da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção.- CITES somente poderá iniciar a comercialização no mercado interno a partir da geração F2, comprovadamente reproduzida em cativeiro.

Art. 16 - O transporte em todo o Território Brasileiro de animais vivos, partes, produtos e subprodutos originários de criadouros comerciais e jardim zoológicos devidamente legalizados junto ao IBAMA será permitido quando acompanhado da Nota Fiscal que oficializou o comércio e da Guia de Trânsito Animal - GTA do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, quando tratar-se de transporte interestadual de animais vivos.(Leia-se Art. 21, conforme Aviso de Retificação, anexo)

Parágrafo Único - Para o transporte internacional, além dos documentos mencionados no "caput" deste artigo, o interessado deverá solicitar ao IBAMA no Estado onde residir, a expedição de Licença de Exportação, conforme Portaria específica.

Art. 22 - O IBAMA poderá realizar vistoria no criadouro em qualquer tempo.

Parágrafo Único - O IBAMA poderá solicitar, com antecedência de 10 (dez) dias, a presença do responsável técnico pelo criadouro

Art. 23 - As Superintendências organizarão ficha cadastral dos criadouros, atualizado anualmente com base na declaração constante no Art. 12 desta Portaria.

Art. 24 - A Administração Central do IBAMA e as Superintendências com delegação de competência poderão baixar normas complementares visando a aplicação da presente Portaria e o funcionamento dos criadouros.

Art. 25 - O fiel atendimento do teor da presente portaria não exime o criadouro do cumprimento de outras normas do Ministério da Agricultura e Abastecimento ou de outros órgãos do Poder Público.

Art. 26 - Os casos omissos serão resolvidos pela Superintendência do IBAMA ou pela sua Presidência, ouvida a Diretoria de Ecossistemas - DIREC.

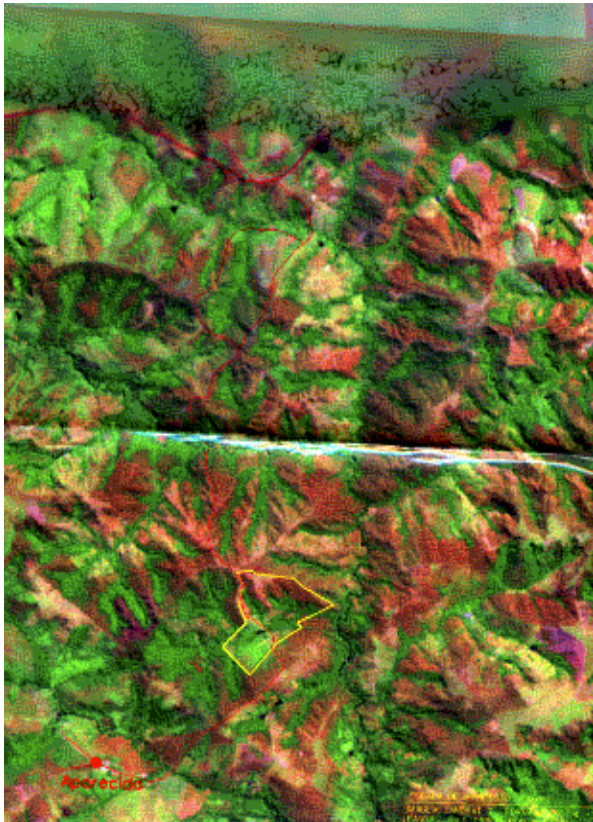
Art. 27 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 28 - Revoga-se a Portaria nº 132/88-IBDF, de 05 de maio de 1988.

EDUARDO DE SOUZA MARTINS
PRESIDENTE

Publicada no D.O.U nº 200 de 16/10/97 - Seção I, página 23490

ANEXO C – FOTO SATÉLITE DA REGIÃO DA FAZENDA



ANEXO D – FOTO DO CATIVEIRO DAS ONÇAS (AMPLA)



ANEXO E – FOTO DA CACHOEIRA I



ANEXO F – FOTO DA CACHOEIRA II



ANEXO G – FOTOS DAS ESPÉCIES ARARA CANINDÉ E ARARA VERMELHA



APÊNDICES

A – QUESTIONÁRIO

PROJETO DE ECOTURISMO PARA A FAZENDA PRETO VELHO – GO

QUESTIONÁRIO PARA PROPRIETÁRIOS

Data da entrevista: ___/___/___

Questionário número: _____

Entrevistador: _____

A. Dados Básicos

1. Endereço propriedade: _____ da _____

1.1. Telefone: _____

1.2. Endereço eletrônico: _____

2. Nome do proprietário: _____ 3. Idade: _____

2.1 Nome da esposa(o): _____

4. Número de famílias residentes: _____ (total)

4.1. _____ de trabalhadores, _____ de homens, _____ de mulheres

5. Número de filhos: _____

5.1. Idade e sexo: _____

6. Número de filhos estudando: _____

6.1. Escolaridade: _____

B. Informações sobre o terreno

7. Tamanho total do terreno: _____

7.1 Limites do terreno: Leste: _____ Oeste: _____

- Norte:_____ Sul:_____
8. Tamanho do terreno destinado para agricultura:_____
9. Tamanho do terreno destinado à pecuária:_____
10. Tamanho do terreno destinado à criação de outros animais:_____
11. Uso do terreno
- 11.1 Para moradia ()sim ()não
- 11.2 Para produção ()sim ()não
- 11.3 Outro uso:_____
12. Em caso de produção, o que produz?_____
13. Para consumo próprio? ()sim ()não
14. Quais?_____
- 14.1 Quais são comercializados?_____
-

C. Instalações e abrigo para animais

15. Cria animais? () sim () não
- 15.1 Quais as espécies?_____
16. Qual o motivo da criação:
- | | |
|---------------|--------------|
| Espécie:_____ | Motivo:_____ |
| Espécie:_____ | Motivo:_____ |
| Espécie:_____ | Motivo:_____ |
| Espécie:_____ | Motivo:_____ |
| Espécie:_____ | Motivo:_____ |
| Espécie:_____ | Motivo:_____ |
- !7. O abrigo de animais fica distante dos poços e cisternas d'água? ()sim ()não
- 17.1. Observações:_____

D. Histórico da Fazenda

18. Há quantos anos têm a Fazenda?_____
19. Qual o motivo da compra da Fazenda?_____
-

20. Como estava a Fazenda quando a comprou? _____

21. O que sabe sobre a história inicial da Fazenda? _____

E. Informações sobre a ONG

22. Qual o nome da ONG? _____

23. Qual o seu objetivo? _____

24. Qual a data da sua criação? _____

25. Qual foi o motivo da sua criação? _____

26. Quais os principais serviços que esta ONG já prestou? _____

27. Qual o nome do Presidente desta ONG? _____

28. Quantos funcionários? _____ Voluntários? _____ Contribuintes? _____

F. Infra-estrutura doméstica

29. Qual o destino do lixo doméstico?

- 29.1. enterra 29.4. coleta por caminhão
29.2. queima 29.5. outros, citar _____
29.3. céu aberto

30. No caso de coleta por caminhão, qual a frequência?

- 30.1. diária 30.2. +/- 2 vezes na semana 30.3. semanal
30.4. quinzenal 30.5. mensal

31. Esta frequência tem atendido a demanda da Fazenda? sim não

31.1. Em caso negativo, qual seria a frequência adequada? _____

32. Assinale os dois itens que representam a maior parte da composição do seu lixo doméstico?

- 32.1 plástico
32.2 orgânico
32.3 vidros
32.4 metal
32.5 papel

33. Na Fazenda existe a prática de reutilização ou reciclagem de algum dos componentes do lixo?(por exemplo, caixas, garrafas, potes de vidro, papelão,etc.)

33.1 Em caso afirmativo, de que maneira? _____

G. Habitações e condições de vida

34. Quantas edificações construídas na área da Fazenda?

35. Para quais utilidades?

Edifício: _____	Utilidade: _____	Tipo: _____
Edifício: _____	Utilidade: _____	Tipo: _____
Edifício: _____	Utilidade: _____	Tipo: _____
Edifício: _____	Utilidade: _____	Tipo: _____
Edifício: _____	Utilidade: _____	Tipo: _____
Edifício: _____	Utilidade: _____	Tipo: _____
Edifício: _____	Utilidade: _____	Tipo: _____
Edifício: _____	Utilidade: _____	Tipo: _____
Edifício: _____	Utilidade: _____	Tipo: _____
Edifício: _____	Utilidade: _____	Tipo: _____

36. Casa sede
- 36.1 alvenaria não rebocada
- 36.2 alvenaria rebocada
- 36.3 piso não cimentado
- 36.4 piso não cimentado
- 36.5 tapumes/madeirite
- 36.6 com banheiro dentro da casa
- 36.7 com banheiro fora da casa
- 36.8 observações: _____
-

37. Esgotamento sanitário:
- 37.1 fossa séptica
- 37.2 fossa negra
- 37.3 não tem – céu aberto (por onde passa a vala? _____)

38. Qual a distância entre o esgotamento sanitário e a captação de água? _____ m.
- 38.1 Observações: _____

39. Qual a fonte de água para consumo da sua casa?
- 39.1 cisterna protegida
- 39.2 cisterna desprotegida
- 39.3 poço tubular profundo
- 39.4 córrego
- 39.5 mina ou nascente
- 39.6 cacimbão ou reservatório
- 39.7 CAESB
- 39.8 captação da água da chuva
- 39.9 outros: _____

40. Qual o tratamento dado à água para consumo?
- 40.1 filtro
- 40.2 ferve
- 40.3 limpeza freqüente e conservação da caixa d'água
- 40.4 tratamento químico dosagem: _____
- 40.5 nenhum
- 40.6 outros: _____
- 40.7 Observações: _____

41. Qual a fonte de energia elétrica? _____

42. Sua família consome alimentos produzidos na Fazenda? sim não
- 42.1 Quais? _____

43. Quais são as principais fontes fornecedoras de alimentos da Fazenda? _____
-

G. Infra-estrutura de produção

44. Qual o sistema de produção? orgânico convencional
45. Qual a fonte de água para irrigação? _____

46. Qual o método de irrigação empregado? _____

H. Organização do trabalho

46. Possui quantos trabalhadores na Fazenda? _____

47. Número de famílias de trabalhadores residentes na Fazenda: _____ (total)
_____ de trabalhadores, _____ de homens, _____ de mulheres

48. Quais as atividades que eles desenvolvem? _____

I. Percepção ambiental

49. Quais são os córregos que atravessam a Fazenda? _____

50. Quantas nascentes brotam na Fazenda? _____

51. Quantas cachoeiras estão dentro da Fazenda? (informar quantos metros de altura) _____

52. Quais os exemplares de fauna e flora já identificados na região? _____

53. A Fazenda possui quantos metros quadrados de área preservada? _____

54. Liste o que considera serem potenciais atrativos na Fazenda. (naturais ou culturais)

B – FOTO: EDIFICAÇÕES



C – FOTO: GADO



D – FOTO: ORDENHA (PRODUÇÃO)



E – FOTO: ARMAZENAMENTO DO LEITE



F – FOTO: CRIATÓRIO I (RECINTOS)



G – FOTO: CRIATÓRIO II (RECINTOS)



H – FOTO: CRIATÓRIO III (RECINTOS)



I – FOTO: ONÇA PINTADA NO CATIVEIRO I



J – FOTO: ONÇA PINTADA NO CATIVEIRO II



L – FOTO: ONÇA SUÇUARANA



M – FOTO TIRADA NA BR 070. VISÃO DA ESTRADA DE TERRA QUE VAI PARA A FAZENDA PRETO VELHO



N – FOTO: PORTÃO DE ENTRADA



O – FOTO: PLACA NO PORTÃO DE ENTRADA COM O NOME DA FAZENDA



P – FOTO: ESTACIONAMENTO



Q – FOTO: CURRAL



R – FOTO DA VEGETAÇÃO: COLINAS, CAMPOS E MATAS GALERIAS



S – FOTO: DE TUCANO



T – FOTO: ARARA AZUL GRANDE



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMORIM, Rovênia. Amigos das Onças. **Correio Braziliense**. Brasília, 02 fev. 2003, Meio Ambiente, p. 19.
- BARRETO, M. **Planejamento e organização em turismo**. Campinas: Papirus, 1991.
- BUENO, E. **Náufragos, Traficantes e Degredados: as primeiras expedições ao Brasil**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.
- CRIA DOURO APOENA. <criadouroapoena.com.br> Consulta no site. Fev, 2003.
- FENNELL, D. A. **Ecoturismo: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2002.
- IBAMA. Legislação Ambiental. Disponível em <<http://www.ibama.gov.br>> mar., 2003
- INSTITUTO DE PRESERVAÇÃO E DEFESA DOS FELÍDEOS DA FAUNA SILVESTRE DO BRASIL EM PROCESSO DE EXTINÇÃO. <nex.org.br> consulta no site. Mar., 2003.
- LEUZINGER, Cláudio. **Ecoturismo em Parques Nacionais**. Brasília: WD Ambiental, 2002.
- LINDBERG, Kreg & HAWKINS, Donald E. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. 2ed. São Paulo: Senac, 1999.
- MEIO AMBIENTE, Ministério. **Ecoturismo: visitar para conservar e desenvolver a Amazônia**. Brasília: Cromográfica, 2002.
- MEIO AMBIENTE, Ministério. **Oficinas de capacitação em Ecoturismo**. Brasília: Conservation International, 2000.
- PINTO, Maria Novaes. **Cerrado**. 2ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1993.
- RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 5ed. Campinas: Papirus, 1999.
- TURISMO. *In*: **Guia Estradas 2003: mapa do Brasil em formato prático**. São Paulo: Abril, 2002.
- WEARING, Stephen & NEIL, John. **Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades**. Barueri: Manole, 2001.
- WORLD WILDLIFE FOUNDATION. <wwf.org.br> **Declaração de Ecoturismo de Quebec**. Cópia 05 mar. 2003.